



PESSOAS e LUGARES

Desenvolvimento Rural: Portugal exige mais fundos

Orçamento comunitário para 2014-2020 deve incluir aumento das verbas

p.3

“Terra Viva” eleito segundo melhor projeto de comunicação com o público

Parceria entre a Federação MINHA TERRA e a TSF

p.5

Igualdade de oportunidades



Rotas Sem Barreiras: um turismo para todos

Rotas turísticas em territórios de Portugal e Espanha, sem barreiras arquitetónicas e impedimentos físicos, mas também sociais e de comunicação.

p.22-23

Reforçar o peso económico do Terceiro Setor

Entrevista com Pedro Mota Soares, Ministro da Solidariedade e Segurança Social

p.14-16



A temática da igualdade de oportunidades assume em pleno século XXI uma complexidade crescente decorrente da multiplicidade de realidades a que se aplica e das incoerências evidentes na forma como a nossa sociedade se organiza.

Apesar da evolução de muitos países nestas matérias, sobretudo ao nível dos temas que lhe são mais fácil e diretamente associados, como a igualdade de género, orientação sexual, religião, etc., a verdade é que existem áreas nas quais a problemática tem ainda muito pouco reconhecimento, como é o caso das populações que habitam em meio rural que, objetivamente, se encontram em situação de desvantagem relativamente às populações urbanas.

De facto, quem vive nas zonas rurais tem um acesso mais limitado ao emprego, à saúde, à educação, à cultura e à maioria dos bens e serviços. Essa limitação, que representa uma desigualdade de oportunidades absolutamente real e concreta, é muito pouco reconhecida socialmente, mesmo por parte dos organismos do Estado. Esta realidade é agravada, neste momento, por uma fase de redução e reestruturação dos organismos locais do Estado (educação, saúde, transportes, justiça, etc.) que implica, na maioria dos casos, uma dificuldade acrescida no acesso das populações a estes serviços. As poucas medidas de discriminação positiva que foram criadas relativamente aos territórios rurais (impostos mais baixos, subsídios especiais de incentivo à natalidade, etc.) funcionaram, na maior parte dos casos, de forma desarticulada e avulsa, não chegando a produzir efeitos significativos. Alguns dos problemas centrais e atuais da nossa sociedade, como as questões do envelhecimento da população e as que se encontram associadas às dinâmicas de investimento, ganham uma amplitude significativa em meio rural. A abordagem a estes problemas implica intervenções concebidas e implementadas de uma forma integrada, com um horizonte temporal adequado e devem considerar a realidade complexa e dinâmica que constitui cada

território. É fundamental que no desenho das políticas públicas se identifiquem os mecanismos de proximidade adequados para que os serviços públicos ganhem a eficácia esperada.

No modelo de intervenção LEADER, que as Associações de Desenvolvimento Local (ADL) gerem há 20 anos, a lógica da proximidade às populações assim como a sua mobilização para que estas se tornem agentes ativos do desenvolvimento das suas comunidades tem permitido resultados expressivos ao nível da criação de iniciativas a diversos níveis (económico, social, cultural, etc.).

São, também, estas iniciativas de promoção ativa do desenvolvimento que permitem superar a desigualdade de oportunidades, mobilizando o potencial humano que existe nos territórios para participar no processo de desenvolvimento.

Na altura em que se está a preparar o próximo período de programação de fundos comunitários, importa ter presente tanto a noção de que a desigualdade de oportunidades existe, como a abordagem mais eficaz para a combater.

A introdução de mecanismos de financiamento multifundos para a implementação das Estratégias Locais de Desenvolvimento pelas ADL poderá ser um passo importante para integrar as diferentes dimensões de política – territorial e setorial – melhorando a eficácia das intervenções e desenvolvendo a coesão social e territorial.



Regina Lopes
Diretora

PESSOAS E LUGARES

N.º 09 . dezembro 2012 . III série . Bimestral

Propriedade

MINHA TERRA – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local
Rua Bartolomeu Dias, 172 D, 1.º Esq.
1400-031 Lisboa
T. +351 217 819 230
F. +351 217 819 232
E. minhatterra@minhaterra.pt
<http://www.minhaterra.pt>

Diretora

Regina Lopes

Editor

Luís Chaves

Conselho Editorial

Federação MINHA TERRA (Regina Lopes, Luís Chaves, Paula Matos dos Santos), PRÓDER (Ana Paula Carvalho), RRN (Ana Pires da Silva), PRORURAL (Maria José Aranda e Silva), Empower (Henrique Baltazar)

Redação

Henrique Baltazar (Empower), Paula Matos dos Santos, Rita Reis (Empower), Raquel Gorjão (Empower)

Colaboraram neste número

Fátima Duarte, Rogério Cação

Fotografias

ADIBER, ADRACES, ADRIMAG, ADRIMINHO, ADRUSE, ADRUSE, AJAP, Ana Pires da Silva/RRN, C. M. Batalha, Charneca Ribatejana, ESDIME, EU/Eric Vidal, FENACERCI, GRATER, MONTE, Pedro Simões, SOL DO AVE, TAGUS, TERRAS DENTRO, Vítor Correia/DGADR, USFWS Pacific (p.10), Wong Hock Weng John (capa)

Infografias

Álvaro Góis

Desenho gráfico e paginação

Álvaro Góis (Empower)

Impressão

Europress

Tiragem

6 000 exemplares

Depósito Legal

331087/11

Os artigos assinados exprimem a opinião dos seus autores e não necessariamente a do proprietário e Conselho Editorial deste jornal.

Alguns URL foram reduzidos com o goo.gl, da Google, para facilitar a leitura.



minha terra
por um novo mundo rural

www.minhaterra.pt



Comissário Europeu da Agricultura em visita a Portugal

Dacian Ciolos defendeu que a reforma da PAC poderá ser positiva para os agricultores portugueses

O Comissário Europeu da Agricultura, Dacian Ciolos, visitou, a 16 de novembro, várias explorações agrícolas portuguesas na zona Oeste. A visita, realizada a convite do eurodeputado português Capoulas Santos, permitiu ao Comissário conhecer melhor a realidade da agricultura portuguesa, nomeadamente das suas pequenas explorações.

Na ocasião, Dacian Ciolos defendeu que a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) poderá ser muito positiva para a modernização e a implantação dos pequenos agricultores no mercado. “As propostas de reforma da Política Agrícola Comum podem ser muito úteis e adaptadas à situação da agricultura portuguesa, porque defendemos não apenas apoios à modernização, inovação e desenvolvimento da produção, como pretendemos ter uma política mais específica para uma

melhor organização e inserção dos pequenos agricultores no mercado”, afirmou Ciolos à Lusa.

O comissário elogiou a “diversidade” da agricultura portuguesa e sublinhou a importância de os agricultores equilibrarem as políticas económicas e ambientais. “Para Portugal é muito importante combinar as medidas económicas para a agricultura com as políticas ambientais, porque se queremos produzir a longo prazo precisamos não apenas de investimento mas também de preservar os recursos naturais como o solo, a biodiversidade e água”.

Capoulas Santos, Relator do Parlamento Europeu para a reforma da PAC, apelou ao “forte empenho do governo português” na defesa de uma proposta “corretiva” à proposta de redução do orçamento da Comissão Europeia. “Estou a procurar, dentro do pacote agrícola, apresentar uma

proposta que corrige um pouco a proposta da Comissão no sentido de introduzir maior justiça na redistribuição das ajudas, mas para isso preciso de uma maioria no Parlamento [Europeu] e que o Governo português, no conselho de ministros da Agricultura, possa subscrever esta proposta”.

A adequação do orçamento às medidas da PAC é a principal preocupação do eurodeputado que teme que a agricultura portuguesa deixe de receber cerca de 900 milhões de euros se o orçamento global da União Europeia for reduzido. Capoulas Santos sensibilizou ainda o comissário para a aplicação prática de algumas medidas viradas para os pequenos agricultores em relação aos quais propõe uma discriminação positiva na atribuição de apoios e a simplificação dos processos ao nível das exigências ambientais.

Orçamento Comunitário

Portugal exige mais fundos para o Desenvolvimento Rural

À saída do Conselho de Ministros de Agricultura e Pescas da União Europeia (UE), em Bruxelas, que se realizou a 28 de novembro, a Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território afirmou que Portugal continuará a considerar “inaceitável” uma proposta de orçamento comunitário para 2014-2020 que não contemple um aumento das verbas destinadas ao desenvolvimento rural.

“Se não houver um aumento daquilo que foi o pacote proposto para Portugal em termos de desenvolvimento rural, Portugal considerará, como já considerou, inaceitável”, afirmou Assunção Cristas, em declarações aos jornalistas.

A Ministra considerou as propostas do Conselho Europeu como um “retrocesso”, salientando a “importância” que a Política Agrícola Comum (PAC) tem para Portugal e, em particular, “o pilar relativo ao desenvolvimento rural, aos fundos de investimento na agricultura”.

A discussão do orçamento da PAC – não só do seu montante global como da sua distribuição entre o primeiro e o segundo pilar (apoios diretos aos agricultores e apoios ao desenvolvimento rural) – promete ser um dos temas mais complexos nas negociações do novo período programação de fundos comunitários.

A discussão do orçamento global comunitário também se está a revelar difícil, tendo a cimeira extraordinária de chefes de Estado e de Governo da União Europeia, que se realizou a 22 e 23 de novembro, terminado sem acordo.

Na cimeira, o Presidente do Conselho Europeu, Van Rompuy, apresentou uma nova proposta de orçamento - que mantém uma redução do envelope global em cerca de 80 mil milhões de euros relativamente à proposta da Comissão Europeia, mas propõe uma redistribuição dos cortes que atenua as reduções nas áreas da coesão e agricultura -, que não reuniu consenso.

Os líderes europeus voltarão a reunir-se no início de 2013 para tentar chegar a acordo.



Seminário + workshop sobre Inovação aberta

“Inovação aberta como ferramenta de competitividade para pequenas e médias empresas” do sector agroalimentar foi o tema do seminário organizado pela TAGUS - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior, a 20 de setembro, com apoio do Programa para a Rede Rural Nacional (PRRN).

O evento – realizado no Tecnopolo do Vale do Tejo, em Abrantes, com a colaboração do Centro de Transferência de Tecnologia Alimentar INOV.LINEA – contou com cerca de três dezenas de participantes.

Os trabalhos privilegiaram apresentações, como a da Escola de Hotelaria e Turismo do Estoril, referência nacional no ensino nas áreas da hotelaria e da restauração, e da Penhas Douradas Food, pequena empresa de produtos alimentares *gourmet*, de Manteigas, criada com apoio LEADER.

Em foco esteve também o Centro de Transferência de

Tecnologia Alimentar INOV.LINEA apontado como uma excelente ferramenta de apoio às pequenas e médias empresas no sentido de se tornarem mais competitivas.

Já o conhecido especialista no domínio da construção e gestão de marcas, Carlos Coelho, surpreendeu a assistência com a irreverência que tanto o caracteriza, sobre a importância da identidade do produto.

Na parte da tarde, o workshop monitorizado pelo INOV.LINEA permitiu identificar oito ideias para criar novos produtos nos sectores olivícola, cárnico e hortofrutícola, que estão a ser estudadas por aquele Centro de Transferência.

Refletir sobre as novas tendências de consumo de produtos agroalimentares, sensibilizar e estimular os produtores nacionais para a importância da criatividade e da experimentação e aproximar estes agentes dos centros de saber foram os objetivos do evento.



Seminário Europeu

“Jovem Empresário Rural: Um Novo Conceito para Potenciar o Desenvolvimento do Mundo Rural”

Organizado pela Associação de Jovens Agricultores de Portugal (AJAP) e pelo Conselho Europeu dos Jovens Agricultores, com o apoio do Programa para a Rede Rural Nacional, o seminário europeu “Jovem Empresário Rural: Um Novo Conceito para Potenciar o Desenvolvimento do Mundo Rural” teve lugar a 19 de outubro, no Palácio da Bolsa, no Porto.

A iniciativa visou a apresentação, o reconhecimento e a discussão da figura do Jovem Empresário Rural, através de uma reflexão sobre a necessidade de afirmação e enquadramento deste novo conceito, que tem uma perspectiva mais abrangente que o clássico “jovem agricultor”. O seminário reuniu 27 Organizações de Jovens Agricultores da União Europeia, bem como persona-

lidades de mérito reconhecido no setor agrícola nacional.

Assunção Cristas, Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, Capoulas Santos, eurodeputado e relator do Parlamento Europeu para os a Reforma da PAC, Gabriela Ventura, Gestora do PRODER, Manuel Cardoso, Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Norte, José Manuel Sousa Uva, Diretor dos Aspetos Horizontais do Desenvolvimento Rural da Comissão Europeia, foram algumas presenças no seminário.

A AJAP propôs a criação de um novo conceito para promover o desenvolvimento rural: o “Jovem Empresário Rural”, apresentando uma proposta estruturada com os objetivos e o modelo nesta

figura: ter menos de 45 anos, ser proprietário de terra (pelo menos um hectare) e desenvolver uma atividade ligada à agricultura.

A associação acredita que, através do rejuvenescimento do setor agrícola, é possível encontrar uma nova atitude para enfrentar os desafios de inovação dos sistemas de produção, transformação e comercialização de produtos agrícolas. Este rejuvenescimento é igualmente revelante para a promoção do espaço rural, as suas vivências e tradições.

A discussão e resultados do seminário revelaram o importante contributo que as populações rurais, e em particular os jovens, podem dar para contrariar o abandono a que tem sido votado o território rural português.

4.ª Conferência sobre Indústrias Culturais e Criativas em Espaço Rural

Realizou-se em Fafe, a 22 de novembro, a quarta e última conferência do projeto ICCER – Indústrias Culturais e Criativas em Espaço Rural, apoiado pelo Programa para a Rede Rural Nacional.

As quatro conferências promovidas pela parceria ICCER (nove ADL da região Norte) procuraram sensibilizar os agentes locais para a importância da economia cultural e criativa em espaços rurais, partilhar conhecimentos e experiências. No início de 2013 irá realizar-se o seminário final do projeto.

Colóquio “Novos desafios, Novas técnicas, Novas Perspetivas”

Promovido pela LEADERSOR, em parceria com a ACORPSOR, AFLOSOR e UADR, a 21 de novembro, em Ponte de Sor, o evento contou com a participação da ministra da Agricultura.

No colóquio – centrado nas questões das novas técnicas de culturas, das alterações climáticas, da eficiência da exploração agrícola e pecuária e ainda das perspetivas no novo quadro comunitário – Assunção Cristas salientou o aumento de jovens agricultores no país, considerando que, não obstante, o setor deve continuar a atrair mais jovens.

Dia Internacional das Mulheres Rurais

No dia 15 de outubro celebrou-se o Dia Internacional da Mulher Rural, data que assinalou o papel seu papel no fortalecimento da sociedade, da economia e das famílias. Na mensagem difundida para celebrar a data, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, apelou a que se apoiem as mulheres rurais, “escutem as suas vozes e ideias e assegurem que as políticas correspondem às suas necessidades e pedidos” pois estas “continuam a estar sujeitas a desvantagens e discriminação que as impedem de desenvolver o seu potencial”.

ADRITEM promove tertúlia sobre Desenvolvimento Local

O encontro, focalizado na discussão do local, que aconteceu a 17 de outubro, em Santa Maria da Feira, no âmbito do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, procurou identificar ações significativas de dinamização socioeconómica do território.

Apelando à participação da população, o programa – ao qual se associou a ADRITEM – contou com diversas atividades, como a feira de iniciativas empreendedoras, para divulgação de projetos relevantes no concelho, como o PROVE e a marca World Adventure.



Jornadas Internacionais “Mais LEADER”

O Centro de Convenções MAPFRE, em Madrid, foi o palco das Jornadas Internacionais “Mais LEADER”, organizadas pela Rede Espanhola de Desenvolvimento Rural (REDR), que decorreram entre 23 e 24 de outubro. Sob a temática “Experiências e propostas para a sustentabilidade das áreas rurais”, a iniciativa teve como objetivo mostrar o trabalho dos Grupos de Ação Local (GAL) através da abordagem LEADER nos últimos 20 anos e as perspetivas para o próximo período de programação de 2014-2020.

O “Mais LEADER” pretendeu ainda constituir-se como um investimento futuro para uma metodologia atual que permita continuar a inovar, a fim de estabelecer sinergias entre as áreas rurais e urbanas. As jornadas foram dirigidas aos GAL, instituições públicas, meios de comunicação social e sociedade em geral.

Foi igualmente uma forma de evidenciar a metodologia LEADER como uma ferramenta sólida que tem conduzido à revitalização da Europa rural, à diversificação económica dos territórios, à

melhoria da qualidade de vida dos habitantes e à aquisição de competências relacionadas com a inovação social.

As propostas de regulamentação do Quadro Estratégico Comum e do Fundo Europeu para a Agricultura e Desenvolvimento Rural (FEADER) para o período 2014-2020 foram também amplamente analisados, com destaque para o papel do LEADER e dos GAL.

O Comissário Europeu da Agricultura, Dacian Cioloș, enviou uma mensagem aos participantes, afirmando que estará “muito atento, para que os objetivos do LEADER se implementem na nova programação.

O programa contou com a presença de Luís Chaves, em representação da Federação MINHA TERRA, do Presidente da Rede Espanhola de Desenvolvimento Rural, Aurelio García Bermúdez, da Diretora Geral do Desenvolvimento Rural e Política Florestal de Espanha, Begoña Nieto Gilarte, do Diretor para os aspetos horizontais do desenvolvimento rural da DG AGRI/CE, José Manuel Sousa-Uva, e do presidente da ELARD, Petri Rinne, entre outros.

Prémios de Comunicação 50 anos PAC

“Terra Viva” eleito segundo melhor projeto de comunicação com o público

O programa de rádio “Terra Viva”, realizado numa parceria entre a Federação MINHA TERRA e a TSF, com apoio do Programa para a Rede Rural Nacional, foi eleito o segundo melhor projeto de comunicação com o público sobre a Política Agrícola Comum (PAC), por ocasião da comemoração dos 50 anos da PAC.

Numa cerimónia realizada em Bruxelas, a 10 de dezembro, que marcou também o encerramento da campanha do 50.º Aniversário da PAC, com a qual se pretendeu aumentar a consciência pública sobre a história, as conquistas e os desafios futuros da PAC, os participantes no evento decidiram atribuir esta distinção ao “Terra Viva”, que havia sido pré-selecionado como finalista por um painel de peritos em comunicação.

Na sua análise aos programas de rádio da MINHA TERRA, os peritos haviam assinalado a sua eficácia, ao contarem, com uma abordagem jornalística e pela voz dos seus promotores, 30 casos reais de investimento LEADER no mundo rural.

O sucesso obtido pelo “Terra Viva” é ainda mais evidente quando se compara o orçamento que utilizou – 38 mil euros, com o qual atingiu de forma continuada, ao longo de mais de dois meses, um público de 400 mil pessoas – com os recursos de que dispuseram

os outros premiados: em primeiro lugar, ficou o “Family Farm”, que criou uma quinta pedagógica no jardim zoológico de Dublin em que os visitantes têm contacto com a agricultura, e lhes é explicado o papel da PAC na produção e garantia da qualidade alimentar, cujo orçamento inicial foi de 1,2 milhões de euros, a que acresce um milhão de euros por ano para a sua manutenção; em terceiro lugar ficou o “Work With Passion”, da Alemanha, com um projeto integrado, multiplataformas, de sensibilização para a PAC, com um orçamento de um milhão de euros.

O programa de rádio “Terra Viva” apresentou 30 projetos apoiados pelo LEADER, em programas com cerca de dois minutos, difundidos pela TSF à hora de maior audiência (às 8h45m, nos dias úteis), atingindo assim um vasto público, maioritariamente urbano. Através destes programas foi possível divulgar junto do público em geral a diversidade de projetos que o LEADER apoia, criando postos de trabalho, diversificando a economia dos territórios rurais e melhorando a qualidade de vida das populações.

<http://goo.gl/PV612>



“Turismo – Manual de apoio ao investidor em meio rural”

A publicação, editada pela LEADER OESTE, tem por objetivo guiar os potenciais investidores no turismo em meio rural ao longo de todo o processo de apresentação, consolidação e implementação do projeto. Contribuindo para a compreensão dos conceitos e o conhecimento das tipologias de empreendimentos turísticos, legislação aplicável e medidas de financiamento disponíveis, o manual é apresentado como “um instrumento ao estímulo ao investimento no turismo” na região do Oeste.

ADICES dinamiza Rota Gastronómica

“Descubra os sabores da Aguieira, Dão e Caramulo” é o lema da segunda edição da Rota da Gastronomia, promovida pela ADICES, entre 15 de novembro a 15 de fevereiro 2013.

A iniciativa, em colaboração com as autarquias de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela, num projeto de parceria com 14 restaurantes da região, aposta na promoção da gastronomia regional e dos produtos locais, apresentando também um concurso, mostras e degustações, provas de vinhos e muita animação musical.

Ciclo de Conferências do Douro Sul

A Associação de Municípios do Vale do Douro Sul, com o apoio da BEIRA DOURO, promoveu, a 23 de novembro, o Ciclo de Conferências do Douro Sul, com o objetivo de abrir um espaço de reflexão, com um âmbito regional, sobre os desafios que o mundo rural, e sobretudo a região do Douro, enfrenta. Na conferência participaram o Ministro da Administração Interna, Miguel Macedo, António Barreto, Augusto Mateus e os deputados ao Parlamento Europeu, Elisa Ferreira, Ilda Figueiredo, José Manuel Fernandes e Diogo Feio.

I Workshop do projeto Rur@L INOV

O projeto Rur@L INOV realizou o seu primeiro Workshop nos dias 29 e 30 de outubro, em Lisboa, coordenado pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e desenvolvido em parceria com a DGADR, com apoio do PRRN. Tendo como objetivo conhecer as inovações que são desenvolvidas e implementadas por diferentes tipos de entidades nas áreas rurais, o projeto visa, ainda, desenvolver ferramentas para a recolha de dados sobre inovação em meio rural, assim como a identificação e divulgação de boas práticas a este nível.



ADRIMINHO promove jantar de gala solidário

Homenagear o caldo verde – uma das 7 Maravilhas da Gastronomia – e apoiar uma organização local de relevância social justificam a iniciativa promovida pela ADRIMINHO - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho, no dia 19 de outubro.

Valença foi o primeiro local escolhido para acolher estes jantares solidários que a associação pretende realizar anualmente, em regime rotativo pelos seis concelhos do Vale do Minho, com o duplo objetivo de assinalar a eleição do caldo verde como uma das 7 Maravilhas da Gastronomia e apoiar uma organização local de relevância social.

Nesta primeira edição, foram angariados cerca de 700 euros que reverteram para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Valença, num tributo aos “Soldados da Paz” “que todos os dias contribuem com um voluntariado generoso para a segurança e bem-estar das populações”.

A coordenadora da ADRIMINHO, Ana Paula Xavier, faz um balanço “muito positivo” da iniciativa, realçando que se pretende criar uma maior dinamização desta maravilha gastronómica, que não é exclusiva do Vale do Minho, e deixa a promessa de mais uma edição este evento “glamorado” em 2013.

Dia Mundial da Terceira Idade defende que “Idosos são essenciais”

“Idosos são essenciais” é a assinatura que abraçou a comemoração do Dia Mundial da Terceira Idade, a 28 de outubro. Maria Joaquina Madeira, coordenadora do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações, destacou o papel dos mais velhos em tempos de crise.

“Nestes momentos de dificuldades, os mais velhos podem ajudar em vários sentidos, não só a nível económico, como de acompanhamento, de ter mais disponibilidade para os mais novos e cuidar dos mais dependentes [...]”. É um papel essencial que não temos contabilizado na sociedade, nem lhe damos valor económico, mas que tem uma importância decisiva para a regular vida da sociedade”.

Alertou também para o facto de a sociedade não poder estigmatizar as pessoas por serem mais velhas, uma vez que são elas que continuam a ser o “local de proteção para as outras idades”. A celebração desta data, em particular no ano em que se assinala o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo, permitiu sublinhar que os mais idosos produzem e contribuem com trabalho útil para a sociedade e para o seu equilíbrio, com um capital social que não deve ser desperdiçado.

Maria Joaquina Madeira sustentou que apesar de não estarem no mercado de trabalho, não podem ser considerados “uma despesa”, salientando ainda que “fomos uma sociedade que fraturou muito

e pôs os idosos num campo de que são eles que fazem a despesa e já não colaboram para a produção nacional”.

Os Censos de 2011 apontam para 400 964 idosos que vivem sozinhos e 804 577 na companhia exclusiva de outras pessoas com 65 ou mais anos, representando cerca de 60 por cento da população idosa a viver nestas condições. Tendo em conta que muitos idosos vivem em condições mais vulneráveis e que sofrem mais em tempos de crise, as entidades locais devem ganhar a importância de intervir nestas situações de emergência. “Nós temos dois deveres na nossa vida: cuidar-nos e cuidar dos outros e, neste momento, temos cada vez mais de cuidar dos outros”, salientou.



ADL organiza Encontro de produtores de vinho da Costa Alentejana

Os vinhos da Costa Alentejana têm vindo a conquistar espaço no mercado, mas ainda é necessário viabilizar a sua imagem junto dos consumidores e profissionais do setor. Esta é a conclusão retirada do certame organizado a 26 de outubro, em Grândola, numa organização conjunta da ADL - Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano e da Entidade Regional de Turismo do Alentejo Litoral, uma iniciativa que contou com a presença de uma dezena de produtores.

CAP acolhe debate sobre os 50 anos da PAC

“O impacto da PAC nos agricultores europeus – É uma Política justa?” foi o tema da mesa-redonda realizada em Lisboa, a 12 de outubro, no âmbito da Campanha PAC: Regresso ao Futuro.

O encontro contou com a participação de entidades representativas da atividade agrícola e do desenvolvimento rural de Portugal, Bulgária, Estónia e Malta. Em representação das associações de desenvolvimento rural, a ADREPES acentuou a importância da continuidade da Abordagem LEADER nas políticas de desenvolvimento rural.

3.º Concurso LEADER da ADIRN

Dos 69 Pedidos de Apoio apresentados à Abordagem LEADER/PRODER, a ADIRN – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte aprovou 32 candidaturas, num total de investimento de 5,3 milhões de euros, a que corresponde 3,1 milhões de euros de despesa pública, e que permitirão criar 75 postos de trabalho no Ribatejo Norte. A medida de apoio à criação de microempresas representa a maior fatia de investimento (3,5 M€).

A ADIRN prevê a abertura de um novo concurso no início de 2013.

Jornadas de valorização do cidrão

“Cidrão – Um fruto mediterrânico quase esquecido – Contributos para a sua valorização” é o tema das jornadas técnicas que a ATAHCA organiza, em parceria com o Mosteiro de São Martinho de Tibães, a 15 de dezembro.

Os trabalhos – a realizar na freguesia do Alto Cávado onde ainda subiste a produção de cidrão – focam aspetos técnicos da cultura deste fruto mas também da sua utilização. Outrora aproveitado para compotas e doces, o cidrão usa-se hoje geralmente cristalizado, na confeção de bolos, como o bolo-rei.

LEADER e o desenvolvimento promovido pelas comunidades

A 29 de novembro, em Lisboa, realizou-se o seminário LEADER e o Desenvolvimento Promovido pelas Comunidades na Programação 2014-2020, numa parceria entre a Federação MINHA TERRA, e a Rede Rural Nacional. A ocasião reuniu mais de 120 participantes, interessados em conhecer e debater as perspectivas que se colocam para o desenvolvimento rural no próximo período de programação de fundos comunitários.

Na sessão de abertura, realizada por Pedro Teixeira, Diretor-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, e por Regina Lopes, Presidente da Federação MINHA TERRA, foi destacada a pertinência do seminário no momento em que se discute a futura programação.

Regina Lopes assinalou a importância da referência ao desenvolvimento promovido pelas comunidades nos novos regulamentos dos fundos, aspeto que é familiar aos Grupos de Ação Local (GAL), devido à sua experiência de trabalho com o LEADER, num trabalho com grande proximidade com as populações e os agentes locais.

A realidade dos espaços rurais é multissetorial e multifuncional, à qual importa fazer corresponder políticas adequadas, referiu a Presidente da MINHA TERRA, pelo que a intervenção multifundos, que deverá configurar-se no próximo período de programação, sendo um desafio, será também uma importante ferramenta para os GAL, até porque têm já experiência nessa forma de conjugar a gestão de diferentes fundos.

José Manuel Sousa Uva, Diretor de Aspetos Horizontais do Desenvolvimento Rural da DG AGRI, da Comissão

Europeia, numa intervenção muito esclarecedora, abordou a intervenção do FEADER no desenvolvimento local em concertação com os outros instrumentos financeiros da União Europeia no período 2014-2020. Relativamente a esta articulação, esclareceu que caberá aos Estados-Membros realizar o planeamento estratégico da abordagem integrada do desenvolvimento territorial aplicada com os fundos do Quadro Estratégico Comum, cabendo-lhes decidir se optam pelo multifinanciamento das Estratégias Locais de Desenvolvimento (um território, uma estratégia, vários fundos), pela intervenção coordenada de vários fundos num território (diferentes estratégias, uma para cada fundo, num território), ou pelo monofinanciamento (um território, uma estratégia, um fundo).

Afirmou que o orçamento será mais baixo, pelo que o desafio será “fazer mais com menos”, mas que a proposta da Comissão Europeia é que o LEADER mantenha um mínimo de 5% do FEADER.

Sousa Uva fez ainda um apelo aos GAL para usarem em 2013 para construir as Estratégias Locais de Desenvolvimento (ELD), pois mesmo havendo ajustamentos nas versões finais dos regulamentos, esses ajustamentos serão ligeiros, pois já há conhecimento das orientações globais que terão.

O Presidente da ELARD, Petri Rinne, apresentou uma comunicação sobre a melhoria das ELD, resultado do trabalho realizado pelo Focus Group 4 da Rede Europeia de Desenvolvimento Rural. Entre as muitas e importantes conclusões, destacamos a importância de iniciar cedo

a construção das ELD, reservando tempo suficiente para desenvolver o processo e garantir que este envolve os agentes locais.

Cláudia Costa, Diretora-Adjunta do Gabinete de Planeamento e Políticas dos Ministérios da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, fez uma análise acerca dos níveis de contratação e execução do LEADER, tendo sobre o futuro considerado que a abordagem plurifundos pode ser uma oportunidade para promover o desenvolvimento rural.

A concluir as intervenções da manhã, Duarte Rodrigues, Coordenador Adjunto do Observatório do QREN, defendeu que a intervenção territorializada implica a conciliação do princípio da subsidiariedade com a importância de ter coerência das políticas às diversas escalas, assim como da tensão entre atores internos e externos aos territórios.

Considerou que há um interessante caminho de programação supra-municipal, mas há algum subaproveitamento desse potencial de programação estratégica, existin-

do problemas de articulação entre as diversas estratégias. Sublinhou a necessidade de haver uma maior seletividade e coerência nas abordagens – em todo o país, para diferentes fundos e com diversas escalas houve 315 estratégias, todas (supostamente) integradas.

A parte da tarde foi dedicada à apresentação de experiências de desenvolvimento promovido pelas comunidades locais. Quer no caso dos GAL nacionais que participaram, SOL DO AVE – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave, apresentado por Mafalda Cabral, Administradora Delegada, e TERRAS DENTRO – Associação para o Desenvolvimento Integrado, apresentado por Alexandra Correia, Vice-presidente da Direção, como no caso do GAL irlandês que também participou, IRD Duhallow, apresentado pela sua coordenadora, Maura Walsh, foi evidenciado que os Grupos de Ação Local já têm a prática de fazer uma gestão multifundos nos seus territórios de intervenção, o que revela a sua capacidade para a efetuar também no próximo período de programação.





Desafios para o turismo em meio rural discutidos em seminário

A 7 de novembro, o Auditório da Biblioteca Municipal de Pinhal Novo, em Palmela, foi palco da realização de um seminário intitulado “Desafios para o turismo em meio rural”.

No seminário foi realizada a apresentação e análise crítica dos resultados do “Estudo sobre a internacionalização do turismo no meio rural”, organizado pelo Gabinete de Planeamento e Políticas, em parceria com a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural e com a colaboração do Turismo de Portugal.

<http://www.rederural.pt/>

Com este estudo, financiado pelo Programa para a Rede Rural Nacional e realizado pela THR – Internacional Tourist Consultants, pretendeu-se conhecer as oportunidades de Portugal no sector de turismo rural na Europa, identificar os constrangimentos ao desenvolvimento do setor, entender a capacidade competitiva atual e potencial de Portugal, e desenhar um modelo de negócio para Portugal que permita aproveitar as oportunidades e

explorar o seu potencial competitivo.

O seminário lançou o debate sobre a estratégia a seguir na implementação do estudo, tendo-se concluído que a grande diversidade de atores envolvidos no setor nem sempre estão articulados, sendo portanto necessárias melhorias ao nível da organização, desenvolvendo produtos turísticos que integrem os recursos de cada território e a oferta diversificada existente nos mesmos.

Os participantes consideraram o estudo apresentado como um ponto de partida para a discussão entre os vários agentes para a definição de uma estratégia para o produto «turismo rural», realçando a importância de que no próximo quadro comunitário de apoio haja integração das várias políticas e instrumentos para o turismo rural em Portugal.

Foram ainda assinalados os bons exemplos de projetos e de trabalho em rede, sendo sublinhada a importância do LEADER e dos Grupos de Ação Local e a necessidade de se estabelecerem estratégias conjuntas.



III Congresso da Beira Serra

Organizado pela ADIBER – Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra, em parceria com os municípios de Arganil, Góis, Oliveira do Hospital e Tábua, nos dias 26 e 27 de outubro, em Arganil, o III Congresso da Beira Serra contou com cerca de 300 participantes, proporcionando uma ampla reflexão e debate público sobre os caminhos que a região pretende seguir no futuro.

Subordinados ao tema “Inovar e Empreender”, os trabalhos iniciaram com a intervenção do presidente da ADIBER, Miguel Ventura, assegurando que a Beira Serra está empenhada e determinada em implementar uma estratégia de desenvolvimento comum, de forma a responder ao apelo da União Europeia no novo Quadro Estratégico Comum 2014-2020, que introduz o conceito de “Desenvolvimento Promovido pelas Comunidades Locais”.

Assegurando que “a região apresenta fortes argumentos para se afirmar como território inovador, criativo e empreendedor, com forte capacidade atrativa de investimento e sobretudo de pessoas jovens e qualificadas”, Miguel Ventura defendeu uma estratégia comum de desenvolvimento dos quatro municípios, “que associe progresso e modernidade à valorização do potencial endógeno e das suas riquezas, alicerçada na transferência de conhecimento e saber que potenciem o aumento da sua

competitividade económica e social”.

Esta foi a ideia-chave deste Congresso, expressa de forma inequívoca nas conclusões. O documento, intitulado Declaração de Arganil, reafirmando a mais-valia do encontro como “um fórum de promoção de cidadania ativa e participativa de todos os atores locais”, sustenta que no próximo quadro comunitário “será fundamental a região atrair conhecimento multidisciplinar e captar jovens talentos que aqui se fixem e promovam a construção do desenvolvimento sustentado e sustentável”.

No quadro de profunda crise que afeta o nosso país e ainda mais os territórios rurais, defende-se que “o fomento do empreendedorismo de base local deverá beneficiar de um acesso mais rápido ao crédito bancário que facilite o aproveitamento das oportunidades e das ajudas disponíveis ao desenvolvimento do tecido económico local”.

O documento ressalva ainda que “a estratégia de desenvolvimento coletiva a implementar, deverá ainda ser capaz de criar polos de competitividade na região, em torno dos seus recursos específicos e dos seus fatores distintivos, para o que é determinante beneficiar da proximidade de uma ampla rede de serviços públicos que promovam a sua atratividade, nomeadamente nas áreas da saúde, da educação, da justiça, da segurança social, entre

outras, em resposta às reais necessidades dos cidadãos”.

“Para estas regiões, onde tudo é mais difícil de alcançar, torna-se fundamental a criação de legislação que agilize a instalação de iniciativas de desenvolvimento, desburocratizando os procedimentos inerentes aos processos de ordenamento do território e de facilitação do crescimento económico e do tecido empresarial de base local, que atualmente sofrem de constrangimentos excessivos que desmotivam e afastam os potenciais investidores”, remata o documento.

Nos dois dias de trabalho do III Congresso da Beira Serra foram apresentadas 13 intervenções enquadradas nos três painéis temáticos do encontro – “Inovação e Conhecimento”, “Empreendedorismo na Beira Serra”, “Território” – a que se juntaram várias comunicações livres sobre temáticas de interesse para a região.

Com o objetivo de envolver a população mais jovem no processo de desenvolvimento da região, o congresso incluiu ainda a realização do II Encontro da Juventude da Beira Serra que, entre workshops de dança, fotografia e expressão dramática, entre outras atividades, cativou mais de 200 jovens.

A programação do III Congresso da Beira Serra incluiu ainda um Sarau Cultural que culminou com a apresentação com a apresentação em uníssono dos quatro coros da Beira Serra.

XIII Festival de Sopas da Serra da Estrela

A ADRUSE – Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela, organizou, a 12 de novembro, o XIII Festival de Sopas da Serra da Estrela, no qual premiou uma tradicional Sopa da Pedra, da Associação Musical Sampaense, como melhor sopa do Festival.

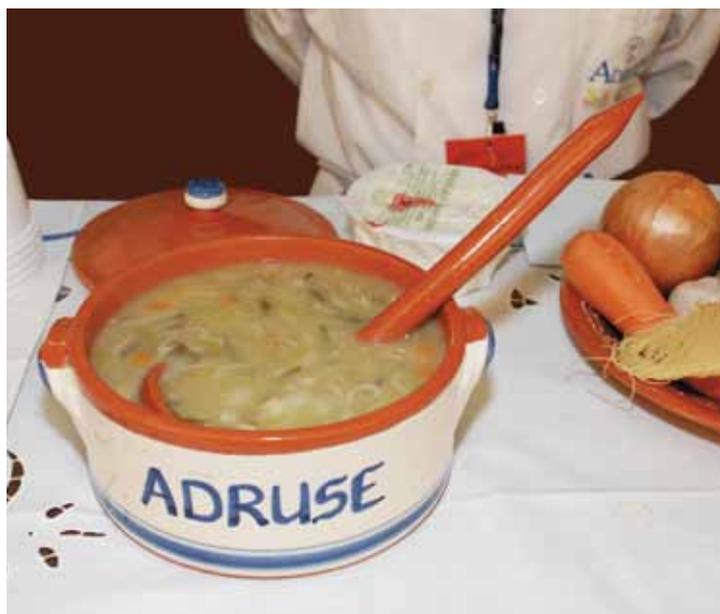
O recinto da Adegua Cooperativa de São Paio, concelho de Gouveia, reuniu 24 participantes dos cinco concelhos do território de intervenção da associação, que puseram à prova 26 sopas. Estas foram experimentadas pelos presentes e avaliadas pela *Chef* Justa Nobre, presidente do júri e especialista na cozinha tradicional portuguesa.

O primeiro prémio do escalão de Sopa de Castanhas/Sopas de S. Martinho foi obtido pela Associação de Promoção Social Cultural e Desportiva de Fornos de Algodres, que confeccionou a “Sopa de Castanhas à Serrana”. Já no segundo escalão, Outro Tipo de Sopas, a vencedora foi a Associação dos Amigos de Nespereira com a “Sopa de Grão da Avó Xumé”. Por fim, o restaurante Toca do Lagarto, na categoria de Profissionais de Restauração, arrecadou também um prémio com a “Sopa de Pombos e Castanhas”.

Realizou-se igualmente a Feira de Doçaria Tradicional e as Confrarias do Borrego de

Celorico da Beira, da Urtiga de Fornos de Algodres e da Feijoca de Manteigas que levaram a cabo algumas iniciativas de promoção dos produtos que representam.

Este festival, apoiado pelo LEADER, contou com a colaboração da Câmara Municipal de Gouveia, da Adegua Cooperativa de São Paio, da Associação de Desenvolvimento Rural de São Paio e da Junta de Freguesia de São Paio, inserindo-se no Plano de Animação Territorial da ADRUSE para o desenvolvimento da região, com enfoque nos produtos provenientes da atividade agrícola.



ESDIME entrega contratos do 3.º concurso LEADER

A cerimónia de entrega de contratos aos promotores com projetos aprovados pelo GAL AL SUD ESDIME – Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste, no âmbito do terceiro concurso LEADER, a 22 de novembro em Ourique, foi presidida pela gestora do PRODER, Gabriela Ventura.

Os 17 projetos aprovados, representando um apoio total de cerca de 1,5 milhões de euros, vão criar 11 postos de trabalho.

Na soma dos três concursos, a ESDIME já aprovou 79 projetos que representam um apoio financeiro de 6.381.608,53 euros e a criação de 83 postos de trabalho no Alentejo Sudoeste.

Juntando as instituições da região, a sessão assinalou publicamente a boa execução do SP3 PRODER no Alentejo Sudoeste, que conta neste momento com uma taxa de execução de 34 por cento.

A capacidade de investimento e de criação de atividade e de emprego das empresas e instituições da re-

gião foi enaltecida por todos os presentes e, em particular, pela Gestora do PRODER, Gabriela Ventura.

O forte empenho e envolvimento das entidades que constituem o GAL (autarquias, associações do setor agropecuário, IPSS, associações locais, escolas, entre outros) foi igualmente alvo de destaque como fator determinante na implementação da Estratégia de Desenvolvimento local, potenciando a diversidade das perspetivas.

No decurso da sessão foi ainda apresentada uma aplicação online – disponível no site da ESDIME – que permite dar a conhecer os projetos em curso com financiamento LEADER no Alentejo Sudoeste. A aplicação, de navegação simples, permite descobrir e localizar os diferentes projetos aprovados e em curso, por tipologia (Turismo, Indústria, Serviços, Serviços Sociais e Património) ou concelho, com identificação por freguesia.

<http://www.esdime.pt/mapa.swf>



MONTE entrega contratos LEADER

O Teatro Bernardim Ribeiro, em Estremoz, acolheu, a 30 de novembro, a sessão de entrega dos contratos de financiamento aprovados pelo MONTE, ACE, no âmbito do terceiro concurso LEADER.

A sessão, presidida pela Gestora do PRODER, contou igualmente com as presenças do presidente da Câmara Municipal de Estremoz, do vice-presidente do Conselho de Administração do MONTE

e ainda de beneficiários com projetos aprovados neste concurso.

No âmbito do terceiro concurso, o MONTE aprovou 42 projetos que envolvem um investimento superior a 3.800 mil euros e um apoio LEADER de 2.337 mil euros, prevendo-se a criação de 37 novos postos de trabalho no Alentejo Central (concelhos de Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-

-o-Novo, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa).

Aproveitando a oportunidade, o MONTE fez ainda o ponto de situação sobre a execução da estratégia, que apresenta uma taxa de compromisso de 61 por cento e uma taxa de realização de 52 por cento. No total dos três concursos, o MONTE conta com 117 projetos aprovados, num investimento total de 13.454 mil euros e uma despesa pública de 8.057 mil euros, que contribuíram para a criação de 138 postos de trabalho no território Alentejo Central.



Igualdade de oportunidades

A especificidade dos territórios rurais

O primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos inicia-se com a mais singela e justa definição de igualdade de oportunidades “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos”.

Esta proclamação, da mais elementar justiça, esbarra porém na realidade, pois não é certamente igual nascer no Canadá, em Portugal, na China ou no Sudão. Os direitos de cada pessoa serão diferentes consoante o país em que

nasça, pois estes estão relacionados com os sistemas político e económico, assim como com a estrutura social que aí existem.

Estas diferenças nos direitos das pessoas, que se traduzem em desigualdades de oportunidades concretas, não variam só de país para país, nem estão confinadas ao momento do nascimento. Dentro de cada país, mesmo quando estes dispõem de uma certa homogeneidade nos seus sistemas

políticos e económicos – como é o caso de Portugal – há também disparidades assinaláveis dependentes da região onde cada pessoa vive e trabalha.

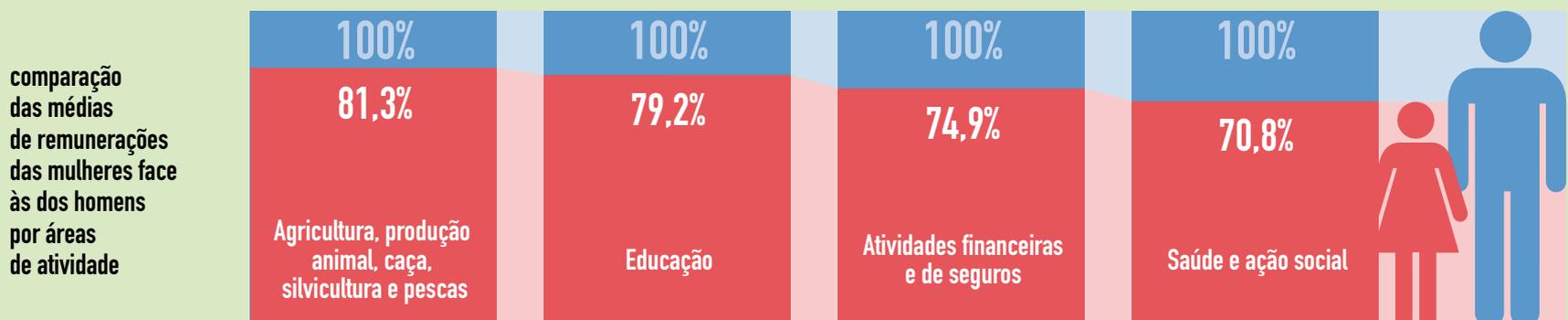
Com efeito, as oportunidades de aceder a uma educação de alto nível, serviços de saúde de qualidade, bons empregos, uma oferta cultural diversificada, etc., são muito mais escassas para os habitantes nas zonas rurais do que para os habitantes nas zonas urbanas. Quando essas oportunidades

existem, elas estão concentradas nas zonas urbanas.

É certo que os territórios rurais possuem também características que proporcionam qualidade de vida aos seus habitantes, como um melhor ambiente e uma maior tranquilidade. É aliás isso que tem atraído pessoas das cidades para o campo. Mas se as restantes condições de vida não tiverem um nível minimamente aceitável, as pessoas não vão poder usufruir delas.

Sabia que...

A diferença salarial entre homens e mulheres é menor no setor agrícola?



Fonte: GEP/MTSS, PORDATA (dados de 2009)

Dia Municipal para a Igualdade

A 24 de outubro assinalou-se o Dia Municipal para a Igualdade, no âmbito do qual foram realizadas numerosas iniciativas que se distribuíram por 12 municípios, de norte a sul do país.

O Dia Municipal para a Igualdade nasceu no âmbito da Campanha Igualdade é Desenvolvimento, promovida pela Animar em 2010, data a partir da qual tem vindo a ser celebrado por organizações associadas da Animar e suas parceiras. Com esta celebração pretende-se mobilizar e sensibilizar a sociedade portuguesa para a importância da Igualdade de Oportunidades, com enfoque no género, enquanto efetivas violações dos mais elementares Direitos Humanos.

Nas celebrações deste ano, a organização apelou à União Europeia e a todos os seus cidadãos e cidadãs para continuarem a intensificar os seus esforços na luta pela igualdade de género, uma vez que se trata de uma questão fundamental e atual para assegurar um crescimento sustentável e inclusivo.

Desde logo, as menores oportunidades de emprego existentes nos territórios rurais têm levado muitas pessoas a migrarem para as zonas urbanas, agravando os problemas sociais, ambientais e até económicos que esses desequilíbrios acarretam.

Ao nível dos serviços básicos para as populações, se é óbvio que não faz sentido construir um hospital em cada vila e aldeia, já será difícil de compreender que existam cada vez menos serviços de saúde de proximidade nos territórios rurais. Do mesmo modo, no que respeita à educação, formação profissional, justiça e restantes serviços públicos, se a racionalização dos serviços implica um certo grau de centralização, essa deve ser contrabalanceada com a disponibilização de serviços que permitam atenuar as desigualdades que essa centralização produz.

Apesar de estes aspetos representarem uma tendência, eles não são uma fatalidade contra a qual nada se pode fazer. A disponibilização de serviços de proximidade de pequena escala (julgados de paz, extensões de centros de saúde, etc.), a melhoria das acessibilidades (nomeadamente, através da oferta de transportes públicos), o estímulo ao empreendedorismo, em particular através da implementação das Políticas de Desenvolvimento Rural (em que o LEADER tem demonstrado uma elevada eficácia) e o apoio às organizações locais que têm uma intervenção mais direta junto das populações (entre as quais se encontram as Associações de Desenvolvimento Local), podem constituir importantes formas de atenuar essas desigualdades de oportunidades, contribuindo de forma significativa para a melhoria da coesão social e territorial.

Oportunidades de emprego

Um dos aspetos estruturantes da vida em sociedade é o trabalho. Ele é determinante para as condições materiais de que as pessoas dispõem, a sua posição na sociedade e mesmo para a sua identidade pessoal. Sendo uma dimensão tão importante, a igualdade de acesso ao trabalho, nomeadamente através do emprego, é uma das condições mais importantes para se concretizar a igualdade de oportunidades.

No entanto, apesar de todas as melhorias que se têm registado, muitas das desigualdades no acesso ao mercado de trabalho persistem. Uma delas é a que se prende com o espaço geográfico.

Quem habita nos territórios rurais tem ao seu dispor muito menos oportunidades de emprego do que quem reside nas zonas urbanas. No setor privado há menos empresas e as que existem são mais pequenas e têm médias salariais significativamente mais baixas. Além disso, como quase todos os serviços públicos estão concentrados nas cidades (e muitos deles apenas em Lisboa) também aí as oportunidades de emprego são muito mais limitadas e as que existem raramente são para os escalões mais altos, pois esses estão reservados para os serviços centralizados.

Os habitantes do mundo rural vêm-se assim confrontados com uma encruzilhada de opções: podem optar por migrar para os centros urbanos, o que tem levado ao despovoamento rural, com as consequências sociais, ambientais e económicas que esses desequilíbrios geram; podem arranjar emprego

numa cidade e continuar a residir no espaço rural, realizando todos os dias a viagem entre os dois locais, suportando os custos da deslocação (quase sempre de automóvel, pois a oferta de transportes públicos é escassa ou inexistente); podem, entre as poucas oportunidades que existem, arranjar emprego nos territórios rurais, com a contingência de as oportunidades de progressão serem mais limitadas; ou podem tentar criar o seu próprio posto de trabalho.

Apesar de a criação de empresas no espaço rural estar também sujeita a muitas contingências e situações de desvantagem, os territórios rurais têm demonstrado que possuem dinâmica e espírito empreendedor que tem possibilitado a criação e desenvolvimento de muitos projetos de investimento que resultam na criação de empregos. O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, muito particularmente da internet, tem sido importante neste processo, tornando possível a instalação de negócios inovadores que diversificam as atividades económicas do espaço rural.

As Associações de Desenvolvimento Local, através do LEADER, têm sido centrais na dinamização desses territórios, no estímulo e apoio aos promotores de pequenos projetos, o que resultou na criação de mais de 4.000 postos de trabalho nos últimos três anos, dinamizando a economia dos territórios rurais e promovendo o seu desenvolvimento integrado.





Estudo sobre Desigualdades Económicas debatido no CES

Portugal entre os países mais desiguais da Europa, revela estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos

O estudo “Desigualdade em Portugal”, promovido pela Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS) e coordenado por Carlos Farinha Rodrigues, economista e professor no ISEG, foi analisado num encontro-debate, realizado a 18 de outubro, no Conselho Económico e Social (CES), em Lisboa.

Este encontro, que resultou da colaboração da FFMS com o CES, propiciou-se pela vontade própria das duas entidades de promover o debate público sobre as questões de atualidade, sendo a desigualdade uma temática que se torna ainda mais relevante no atual contexto político, económico e social em que Portugal vive.

As conclusões do estudo revelam que Portugal é um dos países mais desiguais da União Europeia, qualquer que seja o indicador utilizado. No entanto, também é verdade que no final da última década todos os indicadores de desigualdade sofreram uma ligeira quebra, o que contradiz a ideia de que as desigualdades económicas estão a aumentar em Portugal. Estas observações são válidas até finais de 2009, período para o qual estão disponíveis os dados indispensáveis.

A partir de 2010, tendo em conta a evolução económica e social e as políticas decorrentes do acordo de assistência financeira internacional, é possível que esta realidade tenha conhecido alterações ainda não medidas.

Apesar da melhoria das condições de vida do conjunto da população, da ligeira redução da desigualdade familiar e da diminuição significativa das várias dimensões da pobreza monetária, Portugal continua a apresentar valores de desigualdade superior ao da média da União Europeia, revela ainda o mesmo estudo.

Em declarações à agência Lusa, o coordenador do trabalho assinalou que o estudo termina num ano que, provavelmente, representará “o fim de um ciclo de redução das desigualdades”. “Todos os sinais que nós temos apontam que a probabilidade de haver uma inversão deste ciclo é muito grande”, frisou.

O estudo revela também que as políticas públicas de proteção e redistribuição (subsídios, rendimentos de inserção etc) têm uma real influência na diminuição da desigualdade, sendo mesmo superior à da progressividade do sistema fiscal.

A idade com menos oportunidades

Este ano assinalou-se o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações. De acordo com o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia, que o instituíram, este visa promover a vitalidade e a dignidade de todos, facilitando a criação de uma cultura de envelhecimento ativo na Europa, baseada numa sociedade para todas as idades.

A escolha deste tema para o ano de 2012 vem realçar duas realidades: a população europeia está a envelhecer, com as zonas rurais a registarem o envelhecimento mais acentuado; a população mais idosa está particularmente vulnerável às principais desigualdades, dispondo, ainda por cima, de poucos recursos para as superar.

Por boas razões (o aumento da esperança média de vida), mas também por más (redução da natalidade), Portugal é hoje um país muito mais envelhecido. Por cada 100 crianças e jovens até aos 14 anos, há cerca de 20 anos existiam 68 idosos; atualmente são já 128.

Esta alteração radical da pirâmide etária convoca preocupações várias. A sustentabilidade do sistema de segurança social e a existência de jovens para, no futuro, integrarem a população ativa são as que mais recorrentemente são

apontadas. Mas também convoca a necessidade de pensar na população idosa como um grande grupo populacional que não pode ficar excluído da participação nas mais diversas atividades sociais. Porém, na prática, grande parte dessas atividades são de acesso muito mais difícil para quem é idoso do que para quem é mais jovem.

Nos meios rurais o problema torna-se mais agudo. Ao maior número de idosos e às dificuldades gerais que estes sentem soma-se o isolamento, a distância geográfica e a carência de estruturas (públicas ou privadas) que ofereçam os serviços de que a população necessita.

É para compensar essa carência que surgem iniciativas e estruturas dedicadas aos idosos promovidas por organizações da Economia Social (IPSS, Misericórdias, Associações de Desenvolvimento Local, Mutualidades, etc.), como centros de atividades ocupacionais, centros de dia, projetos de info-inclusão, etc.

A criação de oportunidades de participação das pessoas idosas na vida cívica é muito importante para estabelecer a justiça social que todos desejamos, mas é também uma oportunidade para aproveitar os conhecimentos, a experiência e a vontade de participação que tanta falta fazem e que podem ser utilizados nas mais diversas áreas da vida social.

Distância e desigualdade

A partir da entrada de Portugal na então Comunidade Económica Europeia, em 1986, o panorama das acessibilidades em Portugal mudou radicalmente. Se a ligação em autoestrada entre Lisboa e Porto ficou apenas concluída em 1991 (30 anos depois da inauguração do primeiro troço) e a autoestrada entre Lisboa e o Algarve foi inaugurada em 2002, a partir de então multiplicaram-se as auto-estradas e vias rápidas que tornaram mais fácil o acesso a muitas regiões do país.

Hoje o país surge bem servido de uma rede de autoestradas, colocando-se frequentemente a questão se não se foi longe demais nesses investimentos.

Toda esta rede veio melhorar significativamente as acessibilidades de muitas regiões do país, tornando as deslocações mais rápidas e cómodas. Contudo, a construção dessas vias não resolveu um conjunto de problemas que se prendem com o isolamento e as acessibilidades dos territórios rurais.

Um dos problemas é a distância. Apesar de muitas viagens se terem tornado mais rápidas,

isso não significou a redução das distâncias. Essas implicam custos, que os habitantes dos territórios rurais têm de suportar para aceder aos bens e serviços existentes nos centros urbanos e que afetam a competitividade dos produtos das zonas rurais, pelo seu escoamento ser mais caro e moroso.

Por outro lado, a construção de grandes vias nem sempre teve correspondência ao nível das estradas secundárias, tornando difícil o acesso a muitas vilas e aldeias. A melhoria das vias de comunicação, sem dúvida positiva, foi feita de maneira assimétrica, não tendo reduzido o isolamento de muitas populações.

Adicionalmente, a expansão das vias de comunicação assentou quase exclusivamente no automóvel e quem não o possua fica praticamente excluído desse progresso. Ao mesmo tempo que se construíam estradas, foram-se fechando linhas de caminhos de ferro, aumentando o isolamento de quem precisava do comboio para viajar.



As ADL e a superação das desigualdades de oportunidades

As Associações de Desenvolvimento Local (ADL), ao promoverem o desenvolvimento integrado dos territórios rurais e a melhoria das condições de vida das suas populações, confrontam-se constantemente com a desigualdade de oportunidades: a desigualdade entre quem vive em zonas rurais, relativamente às zonas urbanas, e todas as formas de desigualdade que são comuns a ambas as geografias – desigualdades de género, das minorias, em função da idade, etc.

De forma direta e indireta, através das várias medidas do LEADER, as ADL criam as condições para a redução da desigualdade decorrente da condição de ruralidade dos seus territórios de intervenção. Para combater desigualdades de outra ordem, da forma específica como essas se apresentam nos meios rurais, que nem sempre é semelhante ao que sucede nos territórios urbanos, as ADL contam também com o LEADER, mas em muitos casos recorrem igualmente a outros apoios, como o Eixo 7 – Igualdade de Género do Programa Operacional Potencial Humano (POPH), gerido pela Comissão para a Igualdade de Género (CIG), ou a apoios concedidos pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI).

O projeto CREmp, promovido pelo MONTE e pela ADRACES, é um exemplo do recurso ao LEADER para executar ações que visam a correção das desigualdades de género, melhorando as condições para o desenvolvimento do empreendedorismo feminino.

Para realizar a prevenção da violência de género, através do planeamento de redes

concelhias de suporte a vítimas de violência de género e a agressores, e da realização de ações de sensibilização dirigidas a públicos específicos (técnicos/as e agentes das Redes Sociais concelhias), a ESDIME recorreu ao POPH. Através do projeto IGualARTE, que a CIG considerou merecer o apoio de fundos públicos (nacionais e comunitários), a ESDIME procura também fomentar a participação equilibrada do homem e da mulher na vida profissional e familiar pelo combate aos estereótipos de género e à discriminação com base no sexo.

Os filmes “Falas na 1.ª Pessoa”, cuja realização foi promovida pela IN LOCO, são o exemplo de uma ação de combate à desigualdade, neste caso aquela a que estão sujeitos os imigrantes, desenvolvida por uma ADL, com o apoio do ACIDI e financiamento do Fundo Europeu para a Integração de Naturais de Países Terceiros (FEINPT). Trata-se de um conjunto de seis filmes com histórias de vida de imigrantes que residem no Algarve (o cabo-verdiano Bernardino, a guineense Deolinda, o brasileiro Edmar, a ucraniana Nataliya, a moldava Tatiana e um casal de bailarinos russos).

Através do Projeto IN – Incentivar e Incluir, no âmbito do Contrato Local de Desenvolvimento Social de Fafe e Póvoa de Lanhoso, a SOL DO AVE promove a integração dos públicos mais desfavorecidos desses concelhos.

Tratam-se de projetos muito diferentes, mas reveladores da vontade das ADL de trabalharem na superação das desigualdades e da sua capacidade para o fazer através do recurso a diferentes fundos.

ONDE ESTAMOS



As 53 ADL que constituem a Federação MINHA TERRA encontram-se distribuídas por todo o território nacional.

Portugal Continental



Região Autónoma dos Açores



Região Autónoma da Madeira



- 01 ADER-SOUSA
www.adersousa.pt
- 02 ADRAT
www.adrat.pt
- 03 ADRIL
www.adril.pt
- 04 ADRIMAG
www.adrimag.com.pt
- 05 ADRIMINHO
www.adriminho.pt
- 06 ADRITEM
www.adritem.pt
- 07 ATAHCA
www.atahca.pt
- 08 BEIRA DOURO
www.beiradouro.pt
- 09 CORANE
www.corane.pt
- 10 DESTIQUE
www.destique.com
- 11 DOLMEN
www.dolmen.co.pt
- 12 DOURO HISTÓRICO
www.dourohistorico.pt

- 13 DOURO SUPERIOR
www.dourosuperior.pt
- 14 PROBASTO
www.probasto.pt
- 15 SOL DO AVE
www.soldoave.pt
- 16 AD ELO
www.adelo.pt
- 17 ADAE
www.adae.pt
- 18 ADD
www.add.pt
- 19 ADDLAP
www.addlap.pt
- 20 ADERES
www.aderes.com.pt
- 21 ADIBER
www.adiber.pt
- 22 ADICES
www.adices.pt
- 23 ADRUSE
www.adruse.pt
- 24 ADRACES
www.adraces.pt
- 25 RAIA HISTÓRICA
www.raiahistorica.org
- 26 DUECEIRA
www.dueceira.pt
- 27 PINHAL MAIOR
www.pinhalmajor.pt
- 28 PRÓ-RAIA
www.pro-raia.pt
- 29 RUDE
www.rude-adr.pt
- 30 TERRAS DE SICÓ
www.terrasdesico.pt
- 31 ADIRN
www.adirn.pt
- 32 ADREPES
www.adrepes.pt
- 33 APRODER
www.aproder.pt
- 34 CHARNECA
www.charnecaribatejana.pt
- 35 LEADER OESTE
www.leaderoeste.pt
- 36 TAGUS
www.tagus-ri.pt
- 37 ADER-AL
www.ader-al.pt
- 38 ADL
www.adl.litoralalentejano.pt
- 39 ESDIME
www.esdime.pt
- 40 LEADERSOR
www.leadersor.pt
- 41 ROTA DO GUADIANA
www.rotaguadiana.org
- 42 MONTE-ACE
www.monte-ace.pt
- 43 ALENTEJO XXI
www.alentejoxxi.pt
- 44 TERRAS DENTRO
www.terrasdentro.pt
- 45 VICENTINA
www.vicentina.org
- 46 IN-LOCO
www.in-loco.pt
- 47 TERRAS DO BAIXO GUADIANA
www.atbaixoguadiana.pt
- 48 ADELIÇOR
www.adelicoar.org
- 49 ARDE
www.arde.pt
- 50 ASDEPR
www.asdepr.com.pt
- 51 GRATER
www.grater.pt
- 52 ACAPORAMA
www.acaporama.org
- 53 ADRAMA
www.adrama.pt

Pedro Mota Soares, Ministro da Solidariedade e Segurança Social, é licenciado em Direito, com pós-graduação em Direito do Trabalho, tendo sido assistente na Universidade Lusófona e exercido advocacia como Associado Sénior na Nobre Guedes, Mota Soares e Associados. Deputado na X Legislatura, foi Presidente do grupo parlamentar do CDS/PP, onde exerceu, entre outras, as funções de Coordenador da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública e de Vice-Presidente da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura.



Reforçar o peso económico do Terceiro Setor

Estudos recentes indicam que as desigualdades económicas em Portugal se têm agravado. Temos hoje um país mais desigual?

Dentro do esforço que temos pedido aos portugueses para conseguir responder à crise transnacional, aos erros do passado e aos compromissos com a troika, temos sabido sempre distinguir quem pode contribuir um pouco mais por forma a conseguir mitigar o impacto da crise junto daqueles que a ela estão mais expostos e a isentar quem, de facto, não pode contribuir. Foi esse o espírito que imperou quando atualizámos as pensões mínimas, sociais e rurais, para um milhão de portugueses quando no passado tinham sido congeladas, ou quando, contrariando a troika, conseguimos acautelar um maior prazo de subsídio de desemprego para as carreiras contributivas mais longas; ou quando criámos o subsídio de desemprego para trabalhadores independentes – que abrange alguns agricultores – ou agora que criámos também essa proteção social para empresários em nome individual. Foi também neste sentido, que se pode resumir a um princípio de ética social na austeridade, que este Governo decidiu tributar pela primeira vez as transações financeiras ou criar uma taxa especial de solidariedade de 3% sobre os lucros das maiores empresas, que em 2013 poderá chegar a 5%, e 2,5% para quem tem maiores rendimentos. Estas foram medidas inovadoras precisamente para não agravar as desigualdades económicas em tempos tão difíceis.

A crise económica está a transformar-se também numa crise social?

Para que essa transformação não se dê a coesão social terá sempre de ser reforçada, pelo que a plataforma de entendimento deverá ser o mais alargada

possível: junto dos partidos políticos, sindicatos, parceiros sociais. Por isso preservamos e valorizamos tanto o diálogo de concertação social. Portugal deverá saber reinventar-se e reestruturar-se para ultrapassar este período. Certas reformas, nomeadamente na administração pública, terão de ser estruturais e abrangentes por forma a garantir que no futuro não voltamos a padecer dos erros do passado. Será sempre por esta via que iremos fazer as mudanças e reformas de que o país carece garantindo que a crise não ganha maiores dimensões.

Mas também o iremos acautelar com a colaboração das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), das Misericórdias e das Mutualidades que em conjunto com o Estado têm sido incansáveis na construção de uma rede de solidariedade mais abrangente e de malha mais fina que previna, precisamente, uma crise social.

Que medidas têm sido tomadas para lidar com as dificuldades sociais?

De entre um largo conjunto de medidas, aquela que ganha mais notoriedade é o Programa de Emergência Social que conta, no orçamento de 2013, com uma verba de 631 milhões de euros e que foi desenhado precisamente para o combate à exclusão social, para proteger aqueles que têm mais dificuldades e mitigar ou salvaguardar dos sacrifícios aqueles que a eles não podem responder. Nesse sentido definiram-se cinco pilares prioritários: famílias, idosos, pessoas com deficiência, instituições sociais e voluntariado.

O conjunto de medidas que visam responder a estas prioridades já estão todas em andamento e a sua execução financeira no ano de 2012 rondará os 100 por cento.



Foi por via do Programa de Emergência Social que atualizámos as pensões mínimas, sociais e rurais para um milhão de portugueses, quando no passado tinham sido congeladas; que criámos a majoração no subsídio de desemprego para casais sem trabalho com filhos a cargo; que avançámos com o Programa Nacional de Microcrédito, com as tarifas sociais de energia e de transportes para quem tem menos rendimentos.

Estamos atentos às constantes necessidades e por isso é que temos vindo a aumentar a rede de Cantinas Sociais e contamos chegar até ao final do ano com cerca de 600, quando há ano e meio eram apenas 62.

Recentemente, lançámos o Banco de Medicamentos que constituirá um importante contributo para apoiar aqueles que têm consumos com medicamentos mais elevados. No total criámos, aproximadamente, 50 medidas já concretizadas que irão servir de apoio para os que à crise estão mais expostos.

Qual o papel que atribui às organizações da economia social na sociedade portuguesa?

O Governo tem a clara noção de que Portugal deve muito à economia social e solidária. O Estado sabe hoje que para chegar a muitos precisa de todos. De todos os que se empenham neste combate de vencer a crise. De todos os que se empenham no combate diário de salvaguardar dos sacrifícios quem não os pode prestar e de proteger aqueles que à crise estão mais expostos.

São as instituições que compõem o terceiro setor e os trabalhadores que nelas se esforçam diariamente que nos permitem atravessar as dificuldades com outro alento. Com outra força. A força de um país coeso, unido pela

vontade de vencer e consolidado pela solidariedade.

Precisamos juntos de construir um país onde uma família tenha mais oferta de creches para deixar o seu filho. Um país onde o idoso escolhendo ficar em casa é cada vez mais acompanhado. Um país onde os mais idosos, optando por um lar, encontrem boas condições e mais vagas.

Foi por isso que elegemos no Programa de Emergência Social, que ainda agora referia, as instituições sociais como prioridade. São elas que vão

“Portugal ganha por duas vias: primeiro porque fortalece o desenvolvimento da sua resposta social, mas também porque dinamiza a sua economia. As instituições sociais constituem um setor que hoje emprega cerca de 250 mil pessoas, que não se deslocaliza e com facilidade dá emprego a pessoas mais idosas, sendo muitas vezes dos poucos agentes integrantes de pessoas com deficiência.”

executar boa parte das medidas que estamos a adotar.

O protocolo plurianual recentemente assinado com o setor social é a prova do empenho e da parceria claramente assumida por este Governo. Por isso aumentámos no biénio, e contrariando a tendência que se fazia sentir, a participação do Estado para respostas sociais que as instituições prestam. Um aumento de 2,6% de um montante total já de si considerável de 1,2 mil milhões de euros que anualmente suportamos.

Todos os dias estas instituições se reinventam, se adequam às novas exigências, encontram novas formas de chegar a quem precisa e por isso faz todo o sentido que o Estado, ciente das suas limitações, com elas contratualize uma resposta social de confiança e parceria como até hoje Portugal não teve.

Vê essa função como essencialmente assistencialista ou com uma perspetiva de desenvolvimento social?

Vejo como desenvolvimento mas não apenas e estritamente social. Repare: todas as instituições sociais do Algarve ao Minho prestam uma importante resposta social. É por isso que com elas queremos criar um novo paradigma de resposta social. Um Estado Social de parceria.

O Estado não pode abdicar das suas responsabilidades – até porque muitas delas são indelegáveis – mas pode contratualizar com as instituições o complemento da sua resposta social.

E é nesse sentido que o que temos vindo a desenvolver fortalece este terceiro setor, o setor da economia social e solidária.

E Portugal ganha por duas vias: primeiro porque fortalece o desenvolvimento da sua resposta social, mas

também porque dinamiza a sua economia. As instituições sociais constituem um setor que hoje emprega cerca de 250 mil pessoas, que não se deslocaliza e com facilidade dá emprego a pessoas mais idosas, sendo muitas vezes dos poucos agentes integrantes de pessoas com deficiência.

O terceiro setor é responsável hoje por cerca de 5,5 % do PIB mas pode e consegue, mesmo em contraciclo, ser factor de crescimento e de aumento de oferta. Apostar neste setor é apostar no desenvolvimento de um país não apenas numa perspetiva social.

De que forma é que o Programa de Emergência Social que lançou será capaz de contrabalançar a austeridade com que os portugueses têm de viver?

Além de servir de almofada social e de proteger os mais carenciados, o Programa de Emergência Social pressupõe o tal reforço do terceiro setor. Em conjunto teremos mais ferramentas para lidar com a crise e dentro da reduzida margem de manobra de que dispomos tentarmos mitigar esforços. Portugal tem de respeitar os compromissos com os seus credores sob o risco de não ter como pagar as pensões, prestações sociais ou salários. Infelizmente, estávamos nesse ponto quando solicitaram a intervenção externa.

O envelhecimento da população, que se faz sentir de forma ainda mais aguda no mundo rural, é um problema a que teremos de responder enquanto país. Que propostas se apresentam e o que é possível fazer para contrariar essa tendência?

Precisamente quando se assinala o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e Solidariedade entre Gerações, o



primeiro passo a dar é garantir o envelhecimento ativo condigno a qualquer cidadão.

Portugal não podia continuar a hipotecar o seu futuro, adiando o pagamento da fatura ou sem perceber que o que gastávamos hoje não teria cabimento, sequer, com o que produzíamos amanhã.

Garantir o envelhecimento ativo, é também assegurar a sustentabilidade de um país e um rumo para um futuro melhor.

Mas, acautelar o envelhecimento ativo passa por muito mais.

Passa por entender o envelhecimento da nossa população e agir nesse sentido.

Passa por construirmos um país onde um idoso escolhendo ficar em casa é cada vez mais acompanhado.

Onde o isolamento seja sinalizado – foi esse aspeto que melhorámos em articulação com ministério da administração interna. Um país onde os idosos, optando por ficar num lar, encontrem boas condições. Um país

“A segurança social pode ser mais amiga da economia. Mais amiga das empresas e do tecido produtivo. Os serviços da segurança social podem melhorar. Devem melhorar.”

em que os gastos com medicamentos sejam menores, sobretudo para os mais velhos.

Um país onde o problema do abandono de idosos deixe de ser ignorado e para ele seja encontrada uma solução. Um país onde muitos dos problemas específicos dos mais velhos, morem numa grande cidade ou no interior do país, possam ser acautelados.

É nesse sentido que temos vindo a agir em parceria com as instituições sociais.

Numa altura em que por toda a Europa se fala do papel do Estado, em que se discute as áreas em que o Estado deve intervir e de como deve nelas agir, Portugal é de novo exemplo e segue na construção de mais uma resposta social inovadora: uma rede de cuidados especializados para a demência, que até aqui não existia.

Enquanto se vai procurando soluções para a tendência do envelhecimento – problema que assola toda a Europa – temos de garantir uma melhor vida aos que cá estão: os nossos maiores, os nossos idosos.

Que balanço faz intervenção descentralizada da Segurança Social, através de parcerias locais como os Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)? Essa abordagem será mantida?

O desenvolvimento local está associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo seu contexto. Com os CLDS foi, e entendemos que será, possível continuar a rentabilizar o enfoque do desenvolvimento local através de visões integradas das várias dimensões onde as estratégias de parceria estimulem a diversificação da base da economia local.

Os CLDS têm um enorme potencial para aumentar a expansão de organizações dos mais diversos ramos e da comunidade onde estão inseridas, com um papel relevante na criação de novos postos de trabalho.

Desta forma, as economias locais e regionais crescem quando se difundem as inovações e, estando os CLDS na génese dessas inovações, fomentam o processo de crescimento económico local e de mudanças de paradigmas, liderados pela comunidade local ao utilizar os seus ativos e as suas potencialidades.

Assim, a estratégia de intervenção descentralizada da Segurança Social, através de parcerias locais como os CLDS, numa futura abordagem privilegiará eixos de empregabilidade e capacitação institucional das organizações, numa aposta clara no capital humano, com incremento adequado aos micro e pequenos empreendimentos e fortalecimento da governança local, através da cooperação, da constituição de novas parcerias em prol de um projeto coletivo de desenvolvimento

capaz de contribuir para a diminuição do desemprego do país.

Exemplo da importância e da atualidade que mantêm os CLDS foram os recentes problemas em S. Brás de Alportel e Tavira que, face aos incêndios que afligiram estas populações, viram, por via destes contratos, uma resposta mais rápida e eficaz na reposição de parte dessas perdas.

Que contributo pode a segurança social dar para uma melhor competitividade das empresas e da economia?

A segurança social pode ser mais amiga da economia. Mais amiga das empresas e do tecido produtivo. Os serviços da segurança social podem melhorar. Devem melhorar.

Desde logo no risco moral das prestações: não é possível que certos apoios sociais pela permeabilidade ao abuso e à fraude lesem o estado e lesem em simultâneo as empresas. Quem tem condições e pode trabalhar não deve encontrar no estado o encosto para não o fazer.

Mas também noutros aspetos aparentemente menores mas pelo seu pragmatismo extremamente importantes.

Por exemplo, face à seca extrema que se registou no final de 2011, optou o Governo por dispensar os agricultores de contribuições para a Segurança Social durante um determinado período. Para que pudessem recuperar algum fôlego e reequilibrar a sua situação. Estou certo que este terá sido um importante contributo da nossa parte.

Mas mais, hoje os prazos das empresas não são compatíveis com uma resposta menos célere por parte do Estado. Tudo é para amanhã e nesse sentido é dever do Estado – e de um Governo atento – zelar para que essa convergência aconteça.

Por isso reduzimos o tempo médio de processamento dos destacamentos a conceder a trabalhadores migrantes. O tempo médio era de cerca de 60 dias e com isso perdiam-se concursos, perdiam-se empreitadas, perdiam-se obras e instalações no estrangeiro. Agora o tempo de processamento destes destacamentos não excede, em média, as 36 horas.

O mesmo se tem de fazer para a emissão de certidões de não dívida: por lhe estarem associados concursos e acesso a verbas comunitárias. Mas também na cobrança de dívidas passou a existir mais flexibilidade ao tornarmos possível o pagamento faseado de dívidas à segurança social. A criação de planos prestacionais para que as empresas honrem com os seus compromissos tem de estar concordante com realidade exigente que todos atravessamos e nesse sentido devemos facilitar. Assim estaremos a proteger postos de trabalho, empresas, tecido empresarial ao mesmo tempo que se garante o cumprimento das obrigações.



Por uma sociedade justa e inclusiva

Do desígnio da Igualdade de Oportunidades à construção de Oportunidades de Igualdade

O discurso da igualdade de oportunidades tornou-se hoje quase recorrente. De facto, torna-se cada vez mais difícil pensar uma sociedade moderna cujos alicerces não estejam claramente referenciados a dimensões que colocam todos os cidadãos em condições de igualdade perante as leis. E, pelo menos do ponto de vista teórico, grande parte das Leis Fundamentais dos países mais desenvolvidos consagram claramente este desígnio, remetendo quase sempre para o Estado a função de garantia do seu cumprimento. O problema é que entre o discurso e a realidade há por vezes autênticas fossas abissais, com direitos que são garantidos em teoria mas sem correspondência prática. Afinal, o desígnio da Igualdade de Oportunidades fará pouco sentido se os cidadãos não o puderem exercer, o que nos remete para uma outra forma de ver as coisas, que se centra nos processos de construção de oportunidades de igualdade.

O caso português é, aliás, paradigmático. A nossa Constituição garante à partida que todos os portugueses estão em pé de igualdade perante a lei, o que faz supor que têm iguais oportunidades no acesso a todas as dimensões de cidadania. Mas será que esta visão tem correspondência prática? Será que o nosso sistema educativo tem condições para dar a cada aluno as mesmas possibilidades de escolha? Será que o nosso sistema de justiça dá a todos as mesmas condições de proteção? Será que o nosso sistema de saúde, não deixa ninguém de fora? Mais uma vez, temos que trazer à baila a questão das oportunidades de igualdade, já que é aqui que efetivamente se pode ou não constatar o efetivo cumprimento do desiderato da igualdade.

As oportunidades de igualdade estão muito para além da intencionalidade política. Dependem de fatores que podem ser endógenos ou exógenos à realidade individual.

Um cidadão com um défice de conhecimento, com pouco acesso à cultura, não está nas mesmas condições de gestão de oportunidades que um outro que domina os mecanismos de comunicação e informação, que se mantém culturalmente atualizado. Por outro lado, uma pessoa que se confronta com constrangimentos de natureza económica ou social, que se confronta com situações próximas de patamares de pobreza, por exemplo, fica automaticamente arredado de fruir boa parte das oportunidades que, sendo colocadas à generalidade dos cidadãos, ficam completamente fora do seu alcance. E por muito bonitos e assertivos que sejam os discursos, por muito generosas que sejam as tomadas de posição ou chamadas de atenção, estas pessoas dificilmente se poderão colocar num plano de igualdade, na fruição plena das suas dimensões humana e de cidadania, se não tiverem apoios consequentes e, eles também, oportunos. É aqui

que entra porventura um novo (?) papel das organizações, já não enquanto disseminadoras do discurso da igualdade de oportunidades, mas enquanto promotoras de processos de construção de oportunidades de igualdade.

Daqui decorre a necessidade de se refletir, no seio das organizações e designadamente daquelas que têm como escopo o apoio social e o desenvolvimento local, novos modelos de intervenção que as potenciem como potenciais construtoras de oportunidades de igualdade. Desde logo investindo na capacitação dos cidadãos, para que estes possam ter uma participação efetiva na gestão das oportunidades. Mais do que construir projetos de vida, mais do que dar formações avulsas de eficácia duvidosa, mais do que protagonizar grandes projetos que depois não dão em coisa nenhuma, é fundamental abrir as portas do conhecimento às pessoas e, sobretudo, ajudá-las a gerir esse conhecimento,

promovendo a responsabilização pelas decisões que tomam. Por outro lado, precisa-se que as organizações assumam cada vez mais uma posição crítica, quer sobre a (in)eficácia das leis e regras que deveriam promover a igualdade de oportunidades, quer sobre as situações concretas em que essas condições não são à partida garantidas. Precisa-se, por assim dizer, que as organizações assumam cada vez mais como prioridade tornar consequente o discurso da igualdade de oportunidades, transportando-o para a sua vertente prática.

Promover a igualdade de oportunidades entre os cidadãos é, sem dúvida, uma das principais referências da democracia. Mas é fundamental que não adormecemos à sombra dos postulados teóricos, que tantas vezes estão tão distantes das realidades práticas. É preciso que nos centremos nas oportunidades de igualdade, particularmente em contextos de crise, onde estas são mais escassas e os processos de lá chegar mais enviesados. Até porque, como lembrava o José Cardoso Pires no *Dinossauro Excelentíssimo*, “quando o mar bate na rocha, quem se lixa é o mexilhão”.



Rogério Cação

Vice-presidente da FENACERCI – Federação Nacional das Cooperativas de Solidariedade Social

PROTAGONISTAS RESPONDEM A TRÊS QUES

- 1 Em pleno século XXI, quais as principais desigualdades de oportunidades em Portugal?
- 2 Existe desigualdade de oportunidades entre as populações
- 3 Que acções concretas podem



José Serôdio

1 Existe claramente, hoje, na sociedade portuguesa, um avanço significativo na anulação progressiva das desigualdades de oportunidades, se tivermos memória viva do panorama social, económico e cultural existente antes de 25 de abril de 1974. No que respeita às pessoas com deficiência, em particular, também podemos comprovar os avanços significativos na quebra das desigualdades de oportunidades, face aos indicadores disponíveis no Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. (INR), no que respeita designadamente à sua inclusão e sucesso escolar, à participação no mercado de trabalho e à visibilidade social e cultural. No entanto, confrontamo-nos, ainda, com desigualdades de oportunidades que afectam as pessoas com deficiência, designadamente na empregabilidade, no desenvolvimento e optimização das capacidades académicas e profissionais, e na acessibilidade comunicacional, informativa, física e arquitetónica. Por outro lado, o processo de globalização tende a excluir um número importante de pessoas com deficiência, que não possuem acesso físico às novas tecnologias e capacidades para transformar a informação em conhecimento. Na medida em que fomos capazes de eliminar as anteriores desigualdades, seguramente, com a sabedoria adquirida, venceremos as actuais barreiras e discriminações.

2 As populações rurais ficam distantes e em desigualdade de oportunidades, quanto aos recursos mais desenvolvidos na sociedade portuguesa. Esta situação comporta naturalmente constrangimentos para as pessoas com deficiência e suas famílias que

vivem nos espaços rurais, em termos de acessibilidade e usufruto dos produtos, bens e serviços. Por outro lado, a maioria das respostas de reabilitação, encontram-se nos grandes centros urbanos, pelo que estas pessoas se confrontam com maiores dificuldades de acesso e usufruto destas respostas, com impacto negativo no desenvolvimento dos seus projetos de vida. No entanto, temos vindo a assistir ao desenvolvimento de recursos comunitários rurais de reabilitação para as pessoas com deficiência, fruto da criatividade e da nova consciência social dos direitos humanos da geração mais jovem, ciente das potencialidades dos recursos locais e das redes de vizinhança para a educação, formação e inclusão das pessoas com deficiência, que deixaram de existir nas grandes cidades do país.

3 Do universo da intervenção do INR, destaca-se, pela sua importância na mudança de atitudes, o esforço de informação e sensibilização, em diferentes suportes, desde o seu portal na internet, ao magazine televisivo *Consigno*, na RTP2, fruto de uma parceria entre a RTP e o INR, passando pela oferta qualificada de acções de formação e apoios a projetos inovadores do movimento associativo, bem como a projetos de investigação. Por outro lado, encorajamos permanentemente que o movimento associativo e a sociedade em geral, em cooperação ativa e solidária, desenvolvam projetos inovadores para uma sociedade para todos, com respostas acessíveis e inclusivas.

José Serôdio é Presidente do Instituto Nacional para a Reabilitação.



Joaquina Madeira

1 As desigualdades encontram-se sobretudo ao nível dos direitos essenciais. Quando as pessoas não têm garantidos os rendimentos suficientes, segurança suficiente ou saúde, naturalmente que as desigualdades afetam gravemente as suas condições de vida. Isto é um desafio para todos os países, mas em Portugal temos ainda um risco de pobreza superior ao nível europeu, o que significa que há pessoas no nosso país que ainda não têm garantido os seus direitos. Temos de falar também das pessoas mais velhas, que como sabemos correm mais risco de pobreza, que em Portugal é de 26 por cento. Portanto, as desigualdades ainda são um problema que nos desafia e que nos preocupa, para podermos encontrar soluções ao nível da justiça social. Não estamos a falar só de solidariedade, estamos a falar de justiça social, e esta faz-se com a garantia dos direitos a todos os cidadãos.

2 O nosso país é muito fragmentado social e economicamente, e também ao nível do território. Há uma faixa que normalmente coincide com a faixa à beira-mar que tem vindo a ter um desenvolvimento económico e social mais acentuado, com mais oportunidades, ao nível das condições de vida, do acesso à cultura e do acesso à escolaridade, sobretudo ao nível superior e politécnico. E sabemos que ainda existem em Portugal muitas dificuldades de pequenas unidades residenciais no mundo rural. Embora nós saibamos que as acessibilidades melhoraram muito, pois ao nível das acessibilidades médias e das autoestradas estamos muito bem servidos, mas depois temos pequenas localidades, casas, pessoas, muito isoladas no espaço geográfico

português. E, por outro lado, também ao nível dos serviços, de facto ainda existe uma grande desigualdade no espaço territorial português que depois gera as desigualdades sociais também.

3 Essa tem sido uma luta de há muitos anos. Naturalmente que é preciso maior acessibilidade das pessoas a todos os serviços. Temos aquele princípio de que se as pessoas não podem ir aos serviços, não podem deslocar-se para os serviços de saúde, sociais, para tratar da sua vida nos serviços administrativos e financeiros, que os serviços vão ao encontro das pessoas. E isso tem sido uma via que muitos municípios têm estado a encontrar para ajudar as pessoas a viverem melhor o seu quotidiano, para garantirem naturalmente o seu controlo de saúde, o fornecimento dos serviços necessários, apoios domiciliários descentralizados. Isto quando se trata de pessoas mais velhas.

Relativamente às escolas, nós também sabemos que as crianças, neste momento, com o encerramento das escolas que ficavam mais próximas, têm de ser elas também deslocadas para os sítios onde há escolas. Portanto, têm-se estado a encontrar soluções de acordo com a situação concreta de cada zona ou de cada município, que têm vindo, de certa maneira, a minimizar esta fratura do espaço e do território em Portugal. Não estou a ver neste momento que haja tendência de descentralizar serviços, pelo contrário, eles estão-se a centralizar. Portanto, não estou a ver que a curto prazo estas situações possam ser profundamente ou estruturalmente alteradas.

Joaquina Madeira é Coordenadora Nacional do Ano Europeu para o Envelhecimento Ativo e Solidariedade Entre Gerações.

TÓPICOS SOBRE IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

rurais e urbanas? Em que aspectos?
ser realizadas para reduzir as desigualdades de oportunidades?



Carmo Ambrósio

1 A Constituição da República Portuguesa consagra que “todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei”, contudo ainda assistimos a discriminações na vida económica, social, cultural e familiar, nomeadamente no que diz respeito à igualdade de género.

Na vida económica assistimos a uma variação significativa em termos salariais entre mulheres e homens, bem como no acesso a lugares de chefia. Do ponto de vista social e cultural, e apesar da dimensão do nosso país, as assimetrias entre os grandes centros e o interior do país são por demais evidentes, não sendo igualitário o acesso a serviços públicos, com particular destaque para a saúde e a educação. Por último, e no que diz respeito à vida familiar, são ainda as mulheres que na sociedade atual mais dificuldades sentem em conciliar aquela esfera com a sua vida profissional e pessoal. Porém as desigualdades não se circunscrevem às questões de género, assistimos ainda a desigualdades territoriais, nomeadamente entre o interior do país e os grandes centros, refletidas, em grande parte, nos investimentos públicos realizados. Outra questão preocupante, é de facto ao nível das acessibilidades a pessoas portadoras de deficiência, não só pelas barreiras físicas, mas também pelo acesso ao mercado de trabalho, confundindo-se, algumas vezes, a deficiência com incapacidade intelectual, o que não é a mesma coisa!

2 Sim, essencialmente ao nível laboral entre mulheres e homens. A igualdade entre mulheres e homens significa igualdade na sua integridade e valor como seres humanos, bem como no acesso aos mesmos direitos, oportunidades e responsabilidades, e

ainda numa participação igualitária nas diferentes esferas da vida em sociedade.

As mulheres residentes no mundo rural são as mais afetadas pelos baixos níveis de escolaridade e, consequentemente, pelo desemprego e trabalho precário; são elas que têm mais dificuldades em aceder às oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, pela dificuldade da conciliação da vida pessoal e familiar com a vida profissional, acrescida ainda muitas vezes, da sua forte ligação ao trabalho agrícola.

3 O trabalho desenvolvido pelas diferentes organizações deve ter uma preocupação permanente com a promoção de uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva. A este propósito é exemplo positivo o papel das Associações de Desenvolvimento Local, que através do LEADER, têm contribuído para a criação de um conjunto de postos de trabalho, muitos deles jovens e femininos. Porém, o trabalho destas organizações não se esgota naquele programa e devemos realçar a sua capacidade em conjugar diferentes instrumentos de política em prol do desenvolvimento dos territórios, que se quer sustentável e igualitário.

De facto, um dos principais mecanismos para promover a igualdade de oportunidades na nossa sociedade, deve passar por um trabalho de proximidade, dinamizador dos territórios, próximo das pessoas e apoiando-as na resolução de problemas, encontrando soluções conjuntas, numa lógica de desenvolvimento comunitário e de promoção da coesão territorial.

Carmo Ambrósio é Coordenadora da equipa técnica da ADRUSE – Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela.



Maria Teresa Pinto

1 As principais desigualdades de oportunidades ao nível do género ocorrem no acesso ao mundo de trabalho, a cargos de chefia, a nível salarial, à repartição de responsabilidades no casal, à distribuição das tarefas domésticas e ao número de horas destinadas a lazer, ou seja, a mulher é preterida não só no mundo de trabalho mas na própria estrutura familiar, acabando por ter mais obrigações na educação dos filhos e nas tarefas domésticas, tendo menos tempo para si própria. Mas a desigualdade não é só no género, também a idade é fator de desigualdade, ou seja, pessoas com idade superior a 40 anos e os jovens com menos de 25 anos têm maior dificuldade em inserir-se no mundo de trabalho, principalmente os mais qualificados. A deficiência é outro fator de desigualdade de oportunidade em Portugal. Estas desigualdades são agravadas em alturas de crise económica, uma vez que o ser social é preterido em função do ser económico.

2 Efetivamente a dicotomia entre rural e urbano provoca desigualdades de oportunidades, uma vez que é junto dos meios urbanos que se concentram as maiores e mais variadas ofertas de emprego, ofertas culturais, de saúde, de ensino e de lazer. Porém, em espaço rural atualmente verifica-se um elevado investimento em infraestruturas de desporto, lazer, culturais, sociais, e a disseminação do acesso à Internet, que associado à existência de mecanismos financeiros destinados à criação de emprego em mundo rural, na atual conjuntura, poderão contribuir para o esbatimento destas desigualdades.

3 A desigualdade, seja a que nível for, é sempre sinónimo de baixos níveis de cidadania e de “herança

cultural” que urge minorar, através de ações de sensibilização, do ensino da igualdade ao nível da primeira infância e dos jovens de forma a haver mudanças geracionais ao nível de uma cultura de respeito e valorização da diferença e do complemento entre pares. O Estado deverá continuar a promover através de leis, e principalmente com os meios para a sua eficaz implementação, mecanismos que estimulem a promoção e valorização do ser humano enquanto pilar principal de uma sociedade igualitária no respeito pela diferença.

Maria Teresa Pinto é Técnica da ADD – Associação de Desenvolvimento do Dão.



Caminho para uma sociedade com igualdade entre mulheres e homens

A Igualdade entre mulheres e homens é um princípio fundamental da Constituição Portuguesa e uma das tarefas cruciais do Estado é promovê-la, de modo transversal e efetivo, através das políticas públicas adequadas.

A construção da igualdade importa às mulheres e aos homens e importa sobretudo à sociedade, sabendo-se que as políticas e as medidas implementadas produzirão efeitos diferentes, quando aplicadas a mulheres e a homens que ainda vivem realidades sócioeconómicas e culturais distintas.

Consciente de que, se os efeitos indesejáveis dessas medidas não forem identificados e retificados, os desvios que se encontram na origem das desigualdades de condições de vida das mulheres e dos homens se manterão e poderão mesmo agravar-se, crê-se que a variável “género” deverá constituir uma variável crucial no momento de definir políticas e ações e de afetar meios e recursos.

A adoção da estratégia designada por *mainstreaming* de género, isto é, ao invés de se centrar exclusivamente nas

questões das mulheres, deverá centrar-se nas relações entre mulheres e homens em todas as esferas sociais, todas as políticas, medidas e ações planeadas e/ou implementadas por cada organismo devem ser permeadas pela integração transversal da perspetiva da igualdade de género e isto a todos os níveis e em todos os domínios da ação governativa. Esse trabalho de integração deve ser realizado pelo pessoal desses organismos e não apenas pelos/as especialistas no domínio da Igualdade.

Tal implica que se proceda a profundas mudanças estruturais, de forma a satisfazer as atuais necessidades das mulheres, dos homens e da própria sociedade, já que esta é uma questão transversal, que toca todas as áreas das políticas públicas.

Isto só será possível, mediante o envolvimento de um vasto número de atores na integração sistemática de uma perspetiva de género em todos os processos de elaboração, de implementação, de avaliação e de redefinição das políticas e ações.

Como parte desta estratégia, Portugal dispõe de instrumentos de políticas públicas nas áreas de igualdade e de combate à violência doméstica e tráfico de seres humanos, atualmente: IV Plano Nacional para a igualdade, cidadania e não discriminação (Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2011, de 18 de janeiro), IV Plano Nacional contra a violência doméstica (Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2010, de 17 de dezembro) e II Plano Nacional contra o tráfico de seres humanos (Resolução do Conselho de



assinatura de protocolos com os municípios, com o objetivo de comprometer as autoridades locais a aprovar um plano municipal para igualdade e nomear um conselheiro ou uma conselheira local para a igualdade, para garantir o aconselhamento na definição das medidas para a integração de uma perspetiva de género e igualdade em decisões e ações, a serem implementadas pelo município, bem como a implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de políticas e ações integradas nesta área.

Efetivamente, o estatuto das conselheiras e conselheiros locais para a igualdade surge em 2010, adotado através de uma Resolução do Conselho de Ministros, dando-lhes apoio político para realizar plenamente as suas funções. Esta resolução visa, ainda, promover a implementação de políticas de género, integração das questões da igualdade e da não discriminação em todas as áreas das políticas locais, garantindo o acesso a direitos e o reforço no exercício de uma cidadania ativa.

A Agenda Operacional para o Potencial Humano, do Quadro de Referência Estratégico Nacional (2007-2013), assume entre os seus quatro objetivos principais a integração da igualdade de género como fator de coesão social. O seu Eixo 7, “Promoção da Igualdade de Género”, que enquadra atuações dirigidas a difundir uma cultura de igualdade através da integração da perspetiva de género em diferentes domínios de política, confere um particular destaque à capacitação dos atores relevantes para a prossecução deste objetivo estratégico. É de destacar a criação de uma tipologia específica destinada a apoiar a elaboração e promoção de Planos de Igualdade na Administração Local.

Desenvolvimento rural

No que respeita às zonas rurais, nas últimas décadas Portugal assistiu a uma considerável transformação com a mudança das atividades agrícolas, a migração contínua de população para os centros urbanos, para outras regiões do país e para o exterior, o envelhecimento da população e o surgimento de novas atividades, particularmente nos setores secundário e terciário.

Todas as políticas, medidas e ações planeadas e/ou implementadas por cada organismo devem ser permeadas pela integração transversal da perspetiva da igualdade de género

Especialmente na última década, os fundos e iniciativas europeus para apoiar Estados-membros na área da agricultura e do desenvolvimento rural foram extremamente importantes para a dinamização de atividades realizadas pelas mulheres, em Portugal.

A este propósito, e no que se refere às medidas de política, em consequência das orientações expressas no Roteiro para a Igualdade entre Homens e Mulheres 2006-2010, da Comissão Europeia, a dimensão de género foi introduzida nos Programas de Desenvolvimento Rural, no ciclo de programação 2007-2013.

Atualmente, existem duas associações de agricultoras, que assumiram entre as suas atribuições o desenvolvimento de estratégias globais e integradas que promovam a participação equilibrada de ambos os sexos. Ambas estiveram ou estão envolvidas em projetos apoiados por fundos comunitários.

Na área do turismo, em meio rural, em algumas regiões, tornou-se essencial a presença das mulheres como trabalhadoras. No artesanato, numerosas experiências lideradas por mulheres foram bem-sucedidas e têm ajudado a melhorar o conhecimento e tradições locais em combinação com elementos inovadores tecnológicos, de *design* e marketing.

Importa referir que os programas de desenvolvimento rural em Portugal, para o período 2007-2013, adotaram disposições relativas à participação das mulheres, à igualdade de género e à não discriminação nas zonas rurais, em todas as fases, em função de regulamentação europeia sobre esta questão.

No que diz respeito ao incentivo à participação das mulheres no desenvolvimento rural, estes programas identificaram quatro áreas prioritárias de intervenção com o objetivo de promover a igualdade e, em consequência, eliminar as desigualdades entre mulheres e homens:

- melhores condições de vida e de trabalho de acordo com as necessidades das mulheres;
- promoção do acesso ao mercado de trabalho pelas mulheres;
- promoção do empreendedorismo feminino e criação de atividades económicas;
- promoção da participação das mulheres em lugares de tomada de decisão e processos de gestão do desenvolvimento.

Para avaliar a efetiva aplicação da igualdade e não discriminação entre homens e mulheres, foram produzidos indicadores (homens/mulheres) para o conjunto de medidas, que irão confirmar estas aplicações, permitindo identificar algumas ações e o seu impacto nos objetivos da promoção da igualdade entre mulheres e homens.

Todas estas medidas revelam-se de grande importância, pois permitem criar condições económicas e sociais para melhorar a qualidade de vida das mulheres rurais, aumentando o seu estatuto económico, bem como para contribuir para o crescimento económico nacional, para a redução da pobreza, para diminuir as disparidades e para aumentar a coesão social.



Fátima Duarte
Presidente da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG)

Princípio da Igualdade

“Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.”

artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa

A Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) é

um organismo da Administração Pública, tutelado pelo Gabinete da Secretária de Estado da Igualdade da Presidência do Conselho de Ministros. Tem como missão garantir a execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género.

<http://www.cig.gov.pt/>

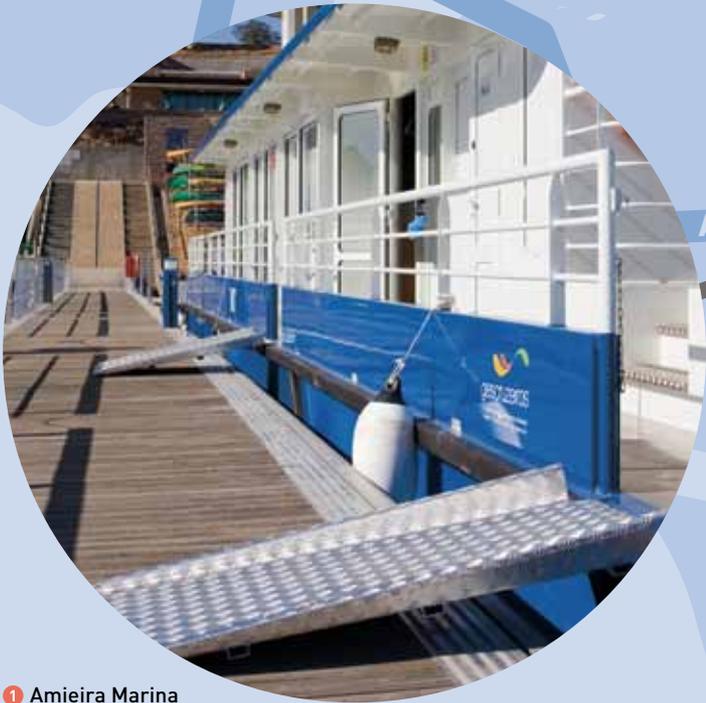
Ministros n.º 94/2010, de 29 de novembro). Todos eles têm uma dimensão regional e local para a implementação das medidas, dado que o envolvimento das autoridades regionais e locais é fundamental devido à sua privilegiada proximidade com os cidadãos e cidadãs.

Parcerias locais

Ao nível local, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) assume um papel de parceria que se consubstancia através da

ROTAS SEM BARREIRAS, UM TURISMO PARA TODOS

► Centro Alentejo ► Alentejo Sudoeste ► Comarcas de Olivença e Tentudía ◻



1 Amieira Marina

Mais história... Mais cultura... Mais sabores... Mais natureza... Mais descobertas... Mais turismo para todos... Igual a... Rotas sem barreiras.

Rotas sem barreiras arquitetónicas ou quaisquer outros impedimentos físicos mas também sociais e de comunicação... Que permitem a todas as pessoas, independentemente da sua idade, condição motora, cognitiva e sensorial, partir ao encontro do património natural e cultural, participar em atividades de lazer, descobrir os saberes e sabores...

Esta é uma realidade no Centro Alentejo, Alentejo Sudoeste e comarcas de Olivença e Tentudía. Nos dois territórios do Alentejo e dois da Província de Badajoz (Espanha) contam-se (já) 164 locais turísticos acessíveis, de forma total ou condicionada, a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

No Centro Alentejo – Alcácer do Sal, Alvito, Cuba, Montemor-o-Novo, Portel, Viana do Alentejo e Vidigueira – são 49 os locais turísticos acessíveis, onde não foram esquecidas rampas de acesso, corrimãos, balcões e mesas rebaixadas, instalações sanitárias adaptadas e lugares de estacionamento reservado.

Portel oferece inesquecíveis passeios pelas águas calmas do grande 1 lago do Alqueva a bordo de uma embarcação polivalente. Aqui, poderá ainda desfrutar da tradicional gastronomia alentejana, com um toque moderno e requintado, no 2 restaurante panorâmico Amieira Marina, e descansar num dos barcos-casa. No centro da vila de Portel, recomendamos a 3 Adega do Refúgio para saborear a autêntica cozinha alentejana.

Afamado pelo vinho e pelo pão, Vidigueira é concelho digno de visita ao nível do património, patente em inúmeras igrejas e capelas e no Museu Municipal, memória de uma história viva. Nos arredores, poderá descobrir outros importantes marcos patrimoniais, como a 4 Ermida de São Brás de Vila de Frades.

Em Cuba, logo à entrada da vila, encontra-se a 5 Quinta da Pigarça. Um excelente ponto de paragem para um momento de lazer, já que além de provas de vinhos, a quinta também organiza passeios a cavalo.

Alvito sobeja em património manuelino presente em numerosos portais e janelas das suas ruas. A 6 Igreja Matriz e a Ermida de São



8 Monte Sobral



Sebastião são locais – integrados nos programas de visita em formato acessível da Rota do Fresco – a não perder.

Em Viana do Alentejo, já quase não se escuta nos campos o som dos chocalhos



15 Museu de Ferreira do Alentejo



12 Mesas do Castelinho

Acessibilidade total Acessibilidade condicionada





merece referência especial, vale a pena passar pelo atelier de artesanato **9 Naturnatus**, na praça de Messejana. Para descansar, o local ideal será a unidade de agroturismo **10 Monte dos Poços**.

Chegando a Almodôvar, não deixe de entrar no **11 Museu Municipal Severo Portela**, na Praça da República, onde estão acauteladas as memórias do povo almodovarense e, consta, pernoitou Dom Sebastião. Na hora de degustar a gastronomia alentejana, opte pelo restaurante **12 Mesas do Castelinho**, lugar de qualidade, requinte e totalmente acessível.

Em Castro Verde, a Igreja



6 Igreja Matriz de Alvito

Matriz é a Basílica Real, cujo **13 Museu do Tesouro** integra peças provenientes de santuários rurais de Castro Verde, como a cabeça-relicário de S. Fabião, de Casével. Nos arredores da vila (a 7 km), encontramos o **14 Centro de educação Ambiental do Vale Gonçalves** – um monte alentejano adaptado à realização de atividades de educação ambiental e ecoturismo.

Nas terras de Ferreira do Alentejo, propomos que visite o **15 Museu Municipal** que, para além da história da vila e do concelho, mostra outras facetas caracterizadoras do território, como a gastronomia alentejana e os sons do Alentejo exaltados e gravados por Michel Giacometti. Além disso, trata-se do único museu da região especialmente atento à questão da acessibilidade, não só física mas também ao nível da comunicação. No Monte da Azinheira Grande,



4 Ermida de S. Brás

a **16 Get High** proporciona experiências de grande aventura, como voos cheios de adrenalina e puro prazer.

Em Ourique, lugar de fronteira entre o Alentejo e o Algarve, vá à **17 Abelhinha**, uma salsicharia de produção e venda de carne e enchidos de porco alentejano que farão as delícias de familiares e amigos no regresso a casa.

Na província de Badajoz – nas comarcas de Olivença e Tentudía – o cenário é idêntico, com 64 locais acessíveis, de forma total ou condicionada, ao nível do património, alojamento, restauração, atividades de lazer e produtos locais.

A oferta, assente no reconhecimento dos direitos dos cidadãos com deficiência e das pessoas com mobilidade reduzida e na primazia da mobilidade na escolha dos destinos turísticos e do seu efetivo usufruto, tende a aumentar, contribuindo de forma sustentável para o desenvolvimento dos territórios.

Esta é a grande missão do Rotas sem Barreiras. Um projeto transnacional inovador promovido e desenvolvido por quatro entidades – TERRAS DENTRO – Associação para o Desenvolvimento In-



9 Naturnatus

tegrado (do Centro Alentejo) – (entidade coordenadora da parceria) e ESDIME – Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste, de Portugal, e ADERCO – Desarrollo Rural de la Comarca de Olivenza e CEDECO-TENTUDÍA – Centro de Desarrollo Comarcal de Tentudía, de Espanha – que combina acessibilidade com sustentabilidade.

Iniciado em 2005, ao abrigo do Programa LEADER+, o projeto partiu de um diagnóstico sobre as acessibilidades dos locais com maior potencialidade turística nos quatro territórios, seguido de um relatório de recomendações, indicando as alterações a efetuar nos locais para que pudessem integrar o projeto.

Esta primeira fase do Rotas sem Barreiras, que incluiu ainda ações de formação e de sensibilização para empresários e agentes locais na área do turismo, culminou com o lançamento de quatro guias de turismo acessível (um para cada um dos territórios envolvidos), em 2008.

Considerado um exemplo de boas práticas a nível social, económico e de trabalho em parceria, o projeto viu a sua continuidade garantida no atual quadro comunitário, no âmbito da medida de Cooperação LEADER do PRODER, permitindo ir mais longe.

Entre as ações previstas nesta segunda fase, para além da atualização de dados dos locais acessíveis e a pesquisa de novos locais acessíveis para inclusão no novo guia, em formato digital – a disponibilizar no site totalmente acessível do Rotas sem Barreiras –, incluiu-se a peça de teatro “Muito ajuda o que não atrapalha”, que percorreu os territórios da Terras Dentro e ESDIME sensibilizando a população para a questão da deficiência.

A par da edição de um manual técnico “Espaços Acessíveis”, prevê-se ainda um DVD promocional dos quatro territórios em português, espanhol



5 Quinta da Pigarcia

e inglês (com intérprete de língua gestual) e a reformulação dos sítios na internet das quatro entidades em páginas web totalmente acessíveis.

O Rotas sem Barreiras apresenta não só um passo em frente à não discriminação no acesso à oferta turística, promovendo a igualdade de oportunidades, como na capacidade de gerar um modelo de boas práticas, em linha com as estratégias locais de desenvolvimento e portador de valor acrescentado para o turismo – setor estratégico para os territórios rurais. Importa sublinhar que a maioria dos locais referidos aqui foram projetos apoiados financeiramente pelo LEADER+ ou através do SP3 da Abordagem LEADER do PRODER.

Um projeto que esta parceria luso-espanhola gostaria de ver alargado a todo o Alentejo e a outras regiões da Europa, para um turismo para todos e todas!



Terras Dentro - Associação para o Desenvolvimento Integrado (entidade coordenadora do Rotas sem Barreiras)
Rua Rossio do Pinheiro
7090-049 Alcáçovas
T. +351 266 948 070
<http://www.terrasdentro.pt>
terrasdentro@terrasdentro.pt

Esdime - Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste
Rua do Engenho, 10
7600-337 Messejana
T.: +351 284 650 000
<http://www.esdime.pt>
esdime@esdime.pt

<http://rotassembarreiras.com>



11 Museu Municipal de Almodôvar



mas poderá facilmente re-encontrá-lo em Alcáçovas, na **7 Oficina de Chocalhos Pardalinho**. Pernoitar num monte alentejano com história é outra das experiências disponíveis, sendo recomendável o **8 Monte do Sobral**.

No Alentejo Sudoeste, com os sentidos despertos partimos à descoberta de Aljustrel, Almodôvar, Castro Verde, Ferreira do Alentejo, Odemira e Ourique. Particularmente atentos às necessidades dos viajantes com deficiência e das pessoas com mobilidade reduzida, estes seis concelhos dispõem de 51 locais turísticos acessíveis.

Em Aljustrel, onde a riqueza no subsolo (ainda)



As Capuchinhas

“O facto de termos um local de trabalho com boas condições devemo-lo ao LEADER.”

Ester Duarte, Sócia da Cooperativa As Capuchinhas

A aldeia de Campo Benfeito, situada no alto da Serra de Montemuro, no concelho de Castro Daire, é um local que nos surpreende. Os seus menos de 70 habitantes formam uma comunidade ativa e dinâmica, que conseguiu contrariar o envelhecimento da população, com 13 crianças e poucos idosos.

É nesta aldeia também que foi criada uma cooperativa de artesãs hoje bem conhecida, As Capuchinhas, que todos os dias demonstra como os produtos tradicionais, neste caso o burel, podem ser reinventados e obter grande sucesso.

Foi na sequência de um trabalho integrado num curso de formação profissional na área de corte e costura, em 1985, seguido de uma formação para a criação do próprio emprego, no ano seguinte, que quatro artesãs começaram a trabalhar juntas.

De início trabalhavam como empresárias em nome individual, mas o crescimento da atividade levou-as a formarem uma cooperativa, em 1990, o que tornou a atividade mais organizada e permitiu que concorressem ao LEADER, com o apoio da ADRIMAG – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro Arada e Gralheira.

Em 1994 fizeram uma candidatura ao LEADER I, através da qual obtiveram formação técnica para criarem a coleção de roupa desse ano. Mais tarde, em 2005, concorreram ao LEADER +, o que lhes permitiu recuperar e modernizar o espaço que ocupavam – uma escola primária desativada, cedida pela Câmara Municipal de Castro Daire –, criando boas condições para as seis pessoas que hoje ali trabalham.

Localização	Castro Daire
Data da candidatura	1994/2005
Investimento total	27.133,00 EUR
Comparticipação LEADER	53%
Postos de trabalho criados	4



Pia do Urso

“Pela sua dimensão inclusiva, trata-se de um projeto único na Península Ibérica.”

António Lucas, Presidente da ADAE e da Câmara Municipal da Batalha

Numa aldeia abandonada e em ruínas na Serra de Aire e Candeeiros, aproveitando as suas características especiais – um local carregado de história e lendas, com uma paisagem natural deslumbrante, com dezenas de árvores centenárias – a Câmara Municipal da Batalha decidiu criar as condições para a tornar num ponto de atração turística.

A intervenção efetuada na aldeia, contou com o envolvimento de diversas instituições, designadamente o Município da Batalha, a Junta de Freguesia de São Mamede e a ADAE – Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura. Na componente da reabilitação das infraestruturas públicas, bem como na construção do Centro de Acolhimento e Interpretação Pia do Urso, o projeto foi apoiado através do Programa LEADER+. A recuperação das casas particulares, cujos proprietários foram incentivados a realizar, obteve o apoio do Programa Agris.

Na aldeia, totalmente recuperada, está instalado o primeiro Ecoparque Sensorial do país destinado a invisuais, o permite que todas as pessoas, sem exceção, conheçam e apreendam o meio envolvente, utilizando, para o efeito, os restantes sentidos, particularmente o tato, o olfato e a audição.

A criação do parque levou à instalação de cinco estabelecimentos comerciais na aldeia, gerando oito empregos e riqueza local. No ano passado foi visitado por 70 mil pessoas, número que tende a crescer, pois em 2012, com o apoio do LEADER, foi criada mais uma valência – um centro de BTT – que está a ter muita adesão.

Localização	Batalha
Data da candidatura	2007
Investimento total	117.408,00 EUR
Comparticipação LEADER	40%
Postos de trabalho criados	0



Hipoterapia e hidroterapia

“Estes projetos são muito importantes, pois são uma forma apelativa de chegar a estes utentes.”

Sónia Corvelo, Professora de Educação Especial e Secretária da Direção da APACDAH

Há 10 anos, em Angra do Heroísmo, foi criada uma resposta social, na altura inovadora, que permitiu aos cidadãos deficientes disporem de métodos terapêuticos coadjuvantes, possibilitando a melhoria da sua qualidade de vida e, em alguns casos, evoluções terapêuticas com algum significado.

Recorrendo ao LEADER, com o apoio da GRATER – Associação de Desenvolvimento Regional, a Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente de Angra do Heroísmo (APACDAH) pôde adquirir o material que permitiu começar a realizar as atividade de hipoterapia e hidroterapia, então inexistentes no território.

A hidroterapia está associada a um conjunto de benefícios terapêuticos: alívio da dor, facilidade de movimento, redução de espasmos musculares, redução de edemas, resistência ao movimento, aumento de relaxamento e aumento de bem-estar, que se conseguem pela realização de exercícios dentro de água.

A hipoterapia é uma atividade que tem por objetivo melhorar o funcionamento psicomotor. Favorece não só a autoestima da criança (pela relação com os cavalos), mas também da sua família por vê-la ter prazer e sucesso. Cada aluno é acompanhado pelo equitador terapeuta e o acompanhante.

Atualmente já existe hidroterapia nos serviços prestados pelo Estado, pelo que a APACDAH já não a realiza, mas, apesar de já passarem 10 anos desde o início do projeto, continua a realizar a hipoterapia.

Localização	Angra do Heroísmo
Data da candidatura	2002
Investimento total	2.035,00 EUR
Comparticipação LEADER	50%
Postos de trabalho criados	0